

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FAALC – FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM ESTUDOS DE
LINGUAGENS

VALESCA SOARES CONSOLARO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UM *REGIME DE VERDADES* SOBRE
PROFESSORES EM POSTAGENS DE 2019 E 2020 NO *TWITTER***

Campo Grande, MS
2022

VALESCA SOARES CONSOLARO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UM *REGIME DE VERDADES* SOBRE
PROFESSORES EM POSTAGENS DE 2019 E 2020 NO *TWITTER***

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

Linha de pesquisa: Linguagens, Identidades e Ensino.

Grupo de Pesquisa: Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas (SuDiC).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine de Moraes Santos.

Campo Grande, MS
2022

VALESCA SOARES CONSOLARO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UM *REGIME DE VERDADES* SOBRE
PROFESSORES EM POSTAGENS DE 2019 E 2020 NO *TWITTER***

Campo Grande, MS, 06 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elaine de Moraes Santos (presidenta)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Juliana da Silveira (membro titular)
Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

Prof. Dr.^a Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro (membro titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Poças Biondo Araújo (suplente interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Renata Adriana de Souza (suplente externo)
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro-PR)

Aos meus pais, Fatima e José Tadeu, pelo apoio em continuar estudando e por todo o amor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Fatima, por todo o apoio, amor incondicional e por ser minha fonte de inspiração.

Ao meu pai José Tadeu, por estar ao meu lado e me incentivar a sempre ter fé.

Aos meus avós, Maria e João, pelos domingos de companhia e descanso, por acreditarem em meus objetivos e sempre me apoiarem.

Ao Felipe, meu amor e companheiro, por estar ao meu lado e me incentivar. Obrigada por compreender os momentos de ausência.

Às minhas amigas Bianka, Ellen e Thaís, pela escuta, pelo companheirismo, pelas conversas, pelos momentos compartilhados. Obrigada por se tornarem minha família longe de casa.

À orientadora Elaine, pela amizade construída, pela generosidade e dedicação durante a orientação. Pelas discussões sobre AD, Foucault, mídia, violência, gênero, política e tudo o que envolve nossas pesquisas.

Ao Alberto e à Daniela, amigos que fiz ao longo das disciplinas da pós-graduação, obrigada pela surpresa dessas amizades e pelo companheirismo.

Ao SuDiC em especial à Amanda, Monalisa, Ana Paula, Talita e Adalgisa, algumas das integrantes que estiveram mais próximas a mim, obrigada por todas as trocas, pelos grupos de estudos, pelas conversas e pelos momentos compartilhados.

Aos professores do PPGEI, pelos aprendizados ao longo do mestrado.

À Banca Examinadora, por aceitar o convite e pelas ricas contribuições.

À Capes, pelo financiamento ao longo dos dois anos de pesquisa.

Aos demais colegas do PPGEI que, mesmo afastados pela pandemia, ainda compartilharam alguns momentos comigo.

A todas as professoras e aos professores brasileiros que lutam por uma educação melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) –
Código de Financiamento 001.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2014a, p. 41).

RESUMO

Fundamentado na *arqueogenealogia* (ARAÚJO, 2008), o objetivo deste trabalho é desestabilizar as *relações de poder-saber* (FOUCAULT, 2019) que atravessam a construção de sentidos nos *discursos ordinários* (SILVEIRA, 2015) sobre professores brasileiros do *Twitter*, nos anos de 2019 e 2020. O recorte é selecionado levando em consideração o modo como os discursos da rede social alcançam um lugar de visibilidade que não existia anteriormente à popularização dos *espaços enunciativos informatizados* (GALLO, 2019). O movimento também é baseado na *descontinuidade* de acontecimentos históricos (FOUCAULT, 2014a), olhar que favorece a compreensão de como os efeitos de sentido circulam e se (re)atualizam no tempo. As *condições de possibilidade* (FOUCAULT, 2020) dos enunciados descritos e interpretados surgem do corte de verbas da educação superior federal, em 2019 – evento marcado pela depreciação dos conhecimentos e das práticas produzidas pelas/nas universidades públicas. Instituições que foram definidas pelo ministro da educação no período, Abraham Weintraub, como locais de “balbúrdia”. Do estabelecimento de *trajetos temáticos* (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014), foram mobilizados, como recortes metodológico-analíticos, os três diferentes e interligados eixos, a saber: “professores doutrinadores”, “ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa” e “professores não trabalham na pandemia”. Enquanto resultado, os discursos analisados são atravessados pela formação de um *regime de verdades* (FOUCAULT, 2014a), em que são aplicadas, por meio da *governamentalidade* (FOUCAULT, 2019), estratégias de poder e saber pautadas na *disciplinarização* (FOUCAULT, 2014b), responsável por fabricar modos de ser professor hoje.

Palavras-chave: Arqueogenealogia. Discursos ordinários. Balbúrdia. Sujeito-professor.

ABSTRACT

Based on *archaeogenealogy* (ARAÚJO, 2008), the objective of this paper is to destabilize the *power-knowledge relationships* (FOUCAULT, 2019) that permeate the construction of meanings in *ordinary discourses* (SILVEIRA, 2015) about Brazilian professors on Twitter, in the years 2019 and 2020. The clippings were selected taking into account the manner in which the discourses of the social network reach an area of visibility that did not exist before the popularization of computerized *enunciative spaces* (GALLO, 2019). The movement is also based on the *discontinuity* of historical events (FOUCAULT, 2014a), a view that favors the understanding of how the effects of meaning travel around and are (re)updated in time. The *conditions of possibility* (FOUCAULT, 2020) of the described and interpreted statements arise from the cut in public higher education funds in 2019, an event marked by the depreciation of the knowledge and practices produced by/at public universities, institutions that were classified by the education minister, Abraham Weintraub, as places of “ruckus”. Based on the establishment of *thematic tracks* (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014), three different and interconnected axes were tackled, as methodological-analytical outlines, as follows: “indoctrinating professors”, “being a professor is a statement of not being capable of doing anything else” and “teachers do not work during the pandemic”. As a result, I propose that the analyzed discourses are affected by the formation of a *regime of truth* (FOUCAULT, 2014a), in which they are applied, through means of *governmentality* (FOUCAULT, 2019), a strategy of power and knowledge based on *disciplinary power* (FOUCAULT, 2014b), which fabricates forms of being a teacher today.

Keywords: Archaeogenealogy. Ordinary discourses. Ruckus. Subject-teacher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do <i>Twitter</i>	41
Figura 2 – <i>Thread</i> em crítica à perseguição de professores.....	42
Figura 3 – Disputa entre as formulações “corte” e “contingenciamento”.....	54
Figura 4 – Corte ou contingenciamento.....	55
Figura 5 – Manifestações estudantis contra o corte.....	56
Figura 6 – Críticas aos profissionais contrários ao corte.....	57
Figura 7 – Efeitos de sentido para “balbúrdia”.....	58
Figura 8 – <i>Ranking</i> de desvalorização de professores.....	60
Figura 9 – Desvalorização dos conhecimentos de Humanas.....	63
Figura 10 – Professores universitários enquanto “zebras gordas”.....	67
Figura 11 – Estimativa de salário de professores.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte.....	22
Quadro 2 – <i>Trajetos temáticos</i> regulares no <i>arquivo</i>	58
Quadro 3 – Professores doutrinadores.....	65
Quadro 4 – Professores não trabalham na pandemia.....	99
Quadro 5 – Ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa.....	100
Quadro 6 – Ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa	101

LISTA DE SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS (SEs)

SE 1 – Formação de professores doutrinadores.....	76
SE 2 – Papel do MEC na desvalorização do sujeito-professor.....	87
SE 3 – “Professores ganhando sem trabalhar”	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso de linha francesa
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Covid-19	Doença do Coronavírus 2019
CPMI	Comissão Parlamentar Mista
DE	Dedicação Exclusiva
EDF	Estudos Discursivos Foucaultianos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formação Discursiva
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partidos dos Trabalhadores
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SE	Sequência Enunciativa

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
Unisul	Universidade do Sul de Santa Catarina
USF	Universidade São Francisco

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1 ARQUEOGENEALOGIA E ANÁLISE DE DISCURSIVIDADES NO <i>TWITTER</i>....	28
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	28
1.2 UMA ANÁLISE DO DISCURSO COM FOUCAULT.....	28
1.3 FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO <i>TWITTER</i>	38
2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE: CIÊNCIA, DISCURSO, PROFESSORES....	45
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	45
2.2 <i>DISCURSOS ORDINÁRIOS</i> E ATRAVESSAMENTOS À LEITURA NO DIGITAL	45
2.3 <i>TRAJETOS TEMÁTICOS DO ARQUIVO AO CORPUS</i>	51
2.3.1 O corte/contingenciamento e a balbúrdia.....	53
2.3.2 Trajetos relacionados aos professores	58
2.4 LEGITIMIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-CIÊNCIA-INSTITUIÇÃO	60
3. A DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE PROFESSORES NO <i>TWITTER</i>	72
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	72
3.2 <i>REGIME DE VERDADES</i> SOBRE PROFESSORES	73
3.2.1 Professores doutrinadores	74
3.2.2 Ser professor é uma declaração de não conseguir fazer outra coisa.....	84
3.2.3 Professores não querem trabalhar.....	89
3.2.4 Síntese analítica	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	107

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Se falar fosse simplesmente apropriar-se de um sistema de expressões pronto, entendendo-se a língua como um código disponível, não haveria construção de sentidos (e por isso seriam desnecessários fenômenos linguísticos empiricamente tão constantes como a paráfrase, as retomadas, as delimitações de sentido, etc.); se a cada fala construíssemos um sistema de expressões não haveria história. Por isso, aceitar a vagueza dos recursos expressivos usados não quer dizer que não exista sentido nenhum (GERALDI, 2013, p. 10).

Este trabalho parte de uma inquietação diante dos cortes destinados à educação brasileira, em 2019, pela caracterização de universidades públicas como locais de “balbúrdia” e diante da definição de professores como “zebras gordas”. Assim, interrogo algumas evidências no plano discursivo que nos fazem ser o que somos hoje, aquilo que nos leva a reproduzir determinados sentidos no domínio da ciência e do cotidiano no presente.

Em julho do mesmo ano em que ocorreram os cortes, ingressei no PPGEI da UFMS e, como mestranda, logo consegui ser contemplada com o financiamento de uma bolsa Capes para o desenvolvimento da pesquisa, cujo tema ainda estava em processo de redefinição, no diálogo com a orientadora. Outros nove colegas de mestrado conseguiram bolsa, além de mais quatro doutorandos, que eram da primeira turma em tal nível de formação, no mesmo programa. Lembro que o momento era de tensão devido à iminente ameaça de mais cortes voltados às universidades e às agências de fomento. Ninguém sabia se as bolsas realmente chegariam a nós e, enquanto esperávamos, já havíamos firmado acordo de dedicação exclusiva, ou seja, não podíamos trabalhar para manter o sustento. Por fim, os demais mestrandos e eu recebemos as bolsas, mas os doutorandos foram atingidos pelo corte.

Relato tal eventualidade pessoal para contextualizar parte da motivação ontológica de escolha do recorte desta pesquisa. Em meio à sombra de um governo recém eleito que, constantemente, ameaçava cortes, propagava falas de intimidação e desmerecimento em relação aos professores e às instituições de ensino, decidi

que seria pertinente analisar a produção de sentidos sobre professores, em circulação no *Twitter*, nos anos de 2019 e 2020.

Quanto ao discurso em si, do ponto de vista de Foucault, a noção corresponde a um conjunto de práticas controladas, direcionadas, construídas por procedimentos exteriores, que podem funcionar “[...] como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo”. Elas também são afetadas por procedimentos internos, que atuam “[...] sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição” (FOUCAULT, 2014a, p. 20), submetidos ao acontecimento e ao acaso.

A partir da disciplina em que me situo, a Análise do Discurso (AD), busco suporte na abordagem dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), institucionalizada nos Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), desde 2018. Em tal perspectiva, entendo que olhar para as *condições de possibilidade*, conforme Foucault (2020), é tomar o enunciado em sua existência singular, percebendo como se relaciona com outros enunciados e o que exclui.

Destaco que as *condições de possibilidade* dos discursos interferem diretamente no conjunto de práticas discursivas em uma determinada época. Assim, a constituição de um saber científico sempre será um recorte no tempo e no espaço, formado por elementos diferentes. Para o autor, “[...] às vezes, os limiares de cientificidade estão ligados à passagem de uma positividade a outra; às vezes, são diferentes disso” (FOUCAULT, 2020, p. 226). Há um processo social e histórico, em que os saberes vão constituindo práticas, e as práticas os constituindo, podendo surgir novas *vontades de verdade* e, conseqüentemente, havendo o estabelecimento de outros saberes.

Diante das condições, ou seja, a partir do que torna possível o aparecimento e a circulação de determinados enunciados-discursos, lanço uma pergunta norteadora para realização da pesquisa: Quais relações de poder e saber estão em embate na dinâmica de produção de sentidos sobre professores brasileiros no *Twitter*?

Em face das materialidades que fazem parte do *arquivo* do presente estudo, ressalto a dimensão dos *discursos ordinários*. Silveira (2016) os define como

caracterizados por enunciados (re)produzidos por sujeitos que não estão amparados por alguma instituição de informação, conforme acontece no jornalismo. Os *discursos ordinários*, diferentemente daqueles propagados pela mídia e pela política tradicionais, legitimam-se nos *espaços enunciativos informatizados* (GALLO, 2019).

Então, os enunciados mobilizados na internet, da instância do dizer ordinário, entrelaçam-se em materialidades capazes de fazer emergir determinadas *Formações Discursivas* (FD), conceito que, para Foucault (2020, p. 47), pode ser utilizado “[...] no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade”. Ou seja, trata-se de um conjunto de discursos específicos no campo das ideias, reconhecido através da materialidade discursiva e por meio de certa regularidade. Além disso, é na reprodutibilidade de ideias, de informações e acontecimentos que, para Foucault (2014a), decorrem de um jogo entre emergência do discurso, a partir de sentidos em movimentação na *descontinuidade* da história.

As postagens realizadas no *Twitter* contribuem ativamente para as discussões sobre determinados assuntos, tanto quanto ocorre com os enunciados jornalísticos. No caso deste trabalho, opero com a leitura de enunciados capazes de construir efeitos de sentido sobre professores, mais precisamente em uma instância que parece constituir uma forma de violência, a exemplo da nomeação de professores como sujeitos “que não trabalham”, “zebras gordas”, produtores de “balbúrdia”, “doutrinadores”, “incompetentes” etc. Os enunciados que exploro na análise do terceiro capítulo estão interligados, sobretudo a uma problemática em comum: o mecanismo de *controle* de saberes relacionados ao sujeito-professor.

Para o adentramento na problemática descrita, busco como objetivo geral desestabilizar evidências intrínsecas às *relações de poder-saber*, (FOUCAULT, 2014a) que atravessam a construção de sentidos nos *discursos ordinários* (SILVEIRA, 2015) sobre professores brasileiros do *Twitter*, nos anos de 2019 e 2020. Para tanto, recorro à *arqueogenealogia*¹ (ARAÚJO, 2008) foucaultiana, em

¹ O procedimento ainda será explicado no capítulo 1, em que eu delimito a articulação à vertente foucaultiana, a partir da junção de duas fases de Michel Foucault: a arqueologia e a genealogia.

uma reflexão teórico-crítico-analítica voltada ao entrelaçamento das noções de legitimidade, ciência, instituição e discurso.

Desestabilizar efeitos de normalidade e universalidade em enunciados sobre professores é demonstrar que o texto, por si só, não produz sentido. Retomo a epígrafe com que inicio a dissertação para reiterar que “[...] aceitar a vagueza dos recursos expressivos usados não quer dizer que não exista sentido nenhum” (GERALDI, 2013, p. 10). Desse modo, destaco como o que é denominado por construção de sentido assume novas dimensões sob a visada discursiva.

O recorte temporal é analisado sob a noção de *história descontínua* (FOUCAULT, 2019), em que o foco não segue, necessariamente, uma linha do tempo estrutural e cronológica, mas é representativo dos acontecimentos relacionados ao objeto em questão. Sobretudo, produzo reflexões a partir de minha posição-sujeito – mulher, jornalista, graduanda do curso de Letras, pós-graduanda, pesquisadora – acionando a faceta *pirotécnica* de Foucault, de modo que possa, com ele, fazer “tremar as bases” que nos definem enquanto sujeitos hoje.

A faceta *pirotécnica* de Foucault, como explicado por Gregolin, em palestra na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2013, é acionada a partir de pequenas explosões teóricas feitas pelo filósofo. Ele passa por muitas áreas em seus estudos, fazendo questionamentos e causando grandes consequências. Conforme Soler (2013, p. 505), inclusive, “[...] um pirotécnico é alguém que produz artefatos que servem para a desconstrução. Ele observa com ceticismo o terreno no qual se encontra, procurando brechas no arenoso campo das práticas políticas visando à implosão de tudo aquilo que se coloca como verdade”. Por fim, cabe lembrar que era como um pirotécnico que o próprio Foucault se anunciava na década de 1970.

No enalço do propósito maior, configuram objetivos específicos: 1) delimitar o modo de desenvolvimento da análise discursiva pautada nos pressupostos foucaultianos, no funcionamento do *Twitter*; 2) estabelecer como é realizado o *gesto de leitura* (ORLANDI, 1999) dos *discursos ordinários* no *on-line*, os quais fazem parte do *arquivo*, construído por meio de *trajetos temáticos* (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014) relacionados aos professores; 3) analisar as Sequência Enunciativas (SEs) do *corpus*, a partir de três eixos orientativos: a) professor

doutrinador; b) ser professor é uma declaração de não conseguir fazer outra coisa; c) professores não querem trabalhar.

Perante a diversidade de ambientes discursivos no digital, por que, então, escolher o *Twitter*? A resposta reside no recorte teórico-metodológico adotado. Ao propor uma análise de *discursos ordinários* sobre professores, em uma perspectiva foucaultiana, eu não poderia deixar de olhar para o que se dá no campo político, social e histórico. Além disso, ambientes como o *Twitter* possuem “[...] um importante estatuto no contexto das relações político-eleitorais, pois são vistos como um meio técnico (mídia) que colocaria em contato direto os profissionais da mídia e da política e os cidadãos de modo geral” (SILVEIRA, 2015, p. 47).

Segundo o estudo de Santos, Cioccarri e Moraes (2020, p. 79), no período de 2017 e 2018, os políticos denominados como o clã Bolsonaro, constituído por Jair Bolsonaro e seus filhos, recorreram a estratégias para utilizar o *Twitter* como instrumento de campanha eleitoral. Entre tais táticas, existiu um redirecionamento do conteúdo postado, principalmente em 2018, período em que “[...] o maior objetivo foi usar o *Twitter* para a construção de sua imagem para a conquista do voto”. A exemplo de algumas estratégias, direcionaram os *posts* principalmente à campanha negativa pautada no antipetismo, utilizando *hashtag* como: #lulanacadeia, #ptnão, #émelhorjairseacostumando, #ochoroélivre, #caetanopedofilo, entre outras.

Além disso, o *Twitter* não apenas aproximou as falas de sujeitos em posições distintas, mas também passou a dar um estatuto de legitimidade àqueles que permaneciam sem muita visibilidade. Se os dizeres propagados pelos veículos jornalísticos já ocupavam um espaço reconhecido no meio midiático foi apenas por via das redes sociais, no acúmulo de enunciados em rede, que os dizeres ordinários puderam alcançar protagonismo enunciativo na mídia *on-line*, seja mediante números de seguidores ou pela propagação das *hashtag* e formulação de *Trending Topics*².

Entre as etapas necessárias ao desenvolvimento desta dissertação, após definido o ambiente de investigação, inicialmente, procurei outros estudos com inquietações relacionadas ao que eu pretendia desenvolver. A consulta em que

² As noções de *hashtag* e de *Trending Topics* são exploradas no capítulo 2, que é teórico-metodológico.

foram mobilizados alguns termos-chave, como “discurso”, “*Twitter*” “Foucault”, “professor”, “docente”, “subjetividade”, “violência”, desvalorização”, “ataque”, foi fundamental para que eu estivesse ciente do estado de conhecimento do campo em que eu me inseri. Para tanto, mapeei pesquisas disponibilizadas no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os textos encontrados não serviram necessariamente como matéria-prima ao referencial teórico, todavia deram visibilidade ao que tem sido discutido, nos últimos anos, em relação aos objetos que mobilizo. Mesmo chegando a determinados recortes diferentes do meu, o conhecimento desses trabalhos me permitiu definir a contribuição que poderia oferecer às reflexões relacionadas aos sentidos sobre professores no ambiente digital. No Quadro 1, a seguir, especifico as dissertações e a tese que compõem o chamado Estado da Arte levantado na etapa descrita.

Quadro 1 – Estado da Arte

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO	IES
2013	Flavio Vieira Soares Carneiro	A constituição do sujeito-professor em ambiente virtual: Identidade e subjetividade	“O objetivo desta pesquisa é investigar os discursos que gravitam em torno da identidade e da subjetividade, produzidos por sujeitos-professores ao explicitarem, no ambiente virtual da internet, as identificações de ser professor, formuladas por colunista da Folha.com, em um contexto de movimento grevista” (CARNEIRO, 2016, s/p).	DISSERTAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
2016	Wagner de Araujo Rabelo	Análise do discurso sobre o "bom" professor de História no Brasil contemporâneo: uma questão de cidadania...	“Tendo a perspectiva pós-estruturalista como orientação teórico-metodológica, mais especialmente a partir do uso de ferramentas das-teorizações foucaultianas, esta Dissertação tem como objetivo investigar as condições de possibilidade para a emergência e a consolidação do discurso sobre o "bom" professor de História no Brasil atual” (RABELO, 2016, s/p).	DISSERTAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

2017	Leticia Farias Caetano	No que você está pensando?: o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e a fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade	“Esta Dissertação tem por objetivo investigar o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e como este vem incidindo nos modos de ser e exercer a docência na contemporaneidade. Para isso, apoio-me nos estudos pós-estruturalistas e em alguns conceitos-ferramentas de Michel Foucault, tais como governo e processos de subjetivação” (CAETANO, 2017, s/p).	DISSERTAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
2018	Luciana Aparecida da Silva de Azeredo	O docente do ensino superior e o cuidado (de si): entre os modos de objetivação e de subjetivação na contemporaneidade	“Visa realizar um estudo filosófico nos moldes foucaultianos (2014), fazendo uma escuta de seis sujeitos-professores-participantes de faculdades privadas e públicas do Vale Paraíba Paulista por meio de uma análise discursiva de suas entrevistas semiestruturadas, na convergência dos estudos foucaultianos e de alguns insights de psicanálise” (AZEREDO, 2018, s/p).	TESE	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF)

Fonte: Elaboração própria em: 15 jun. 2021.

Adentrando os dados do Quadro 1, recupero que, em sua dissertação de mestrado, Carneiro (2013)³ mobilizou, sob o título “A constituição do sujeito-professor em ambiente virtual: Identidade e subjetividade”, uma análise de discursos produzidos por sujeitos-professores no portal da UOL. A fim de apreender, a partir

³ A dissertação de Carneiro (2013) está disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=103818>. Acesso em: 19 fev. 2021.

dos Estudos Culturais, a formação dos processos de identidade e subjetividade dos professores, a pesquisa foi realizada em diálogo com a vertente materialista da AD.

Tal trabalho me permitiu apreender uma problematização acerca dos processos de construção de identidade e subjetividade, a partir dos discursos de si, realizados pelos professores – falas que evidenciam as dificuldades da profissão, problemas relacionados ao cotidiano e ao que dizem sobre eles na mídia. A partir dessa leitura, pude ter acesso a uma reflexão que não alcanço a partir da análise do meu objeto, levando em consideração que os *discursos ordinários* em rede podem fazer parte de um processo de subjetivação docente, mas a maioria do enunciados mobilizados não são discursos de si, ou seja, não são realizados por professores, e sim sobre eles.

Rabelo (2016) discutiu, em sua dissertação⁴, o modo que se constitui, especificamente, o ideal do professor de história a partir de uma lógica neoliberal, constituindo-se uma rede de práticas e significados que emergiram, discursivamente, após a Ditadura Civil-militar. Para tanto, o autor utilizou o método *arqueogenealógico* foucaultiano, tendo seu olhar voltado à Constituição Brasileira de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a disciplina de História no Ensino Fundamental, bem como à circulação de matérias sobre a disciplina de História publicadas na Revista Nova Escola, no período de 1992 a 2002.

O trabalho que investiga as *condições de possibilidade* sobre o “bom” professor de História no Brasil dialoga com o que desenvolvo, principalmente no que diz respeito aos discursos sobre professores “doutrinadores”, sendo os de História frequentemente os mais definidos assim. Ao concluir que existe uma rede de práticas atuantes na determinação de como o profissional deve agir, formando um modelo de cidadão que deve ser “crítico-moral”, “competente” e “patriota”, Rabelo (2016) estabelece a existência de uma invenção do professor que atende às demandas de uma sociedade atravessada por ideais próximos aos da própria Ditadura Militar.

⁴ A dissertação de Rabelo (2016) está disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3733055>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Refletindo acerca de aproximações e de distanciamentos entre o recorte do autor e o que produzo aqui, percebo que, em ambas as propostas, reverberam sentidos de estabelecimento de um modo de ser professor, entretanto os enunciados que analiso funcionam de outra forma, principalmente porque emergem em espaço discursivo diferente, o *Twitter*.

Em outro trabalho, Caetano (2017) escreveu uma dissertação sob o título “No que você está pensando?": o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e a fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade”⁵. Na pesquisa, ela problematiza esse discurso do mal-estar docente, produzido no *Facebook*, atentando-se para como este vem incidindo nos modos de ser e exercer a docência na contemporaneidade. Com base em conceitos de Foucault, o estudo levanta questões sobre a *subjetivação* docente, relacionadas às estratégias de governamento, bem como a práticas como missão, medicalização, confissão e contestação.

Mobilizando conceitos como *governamento* e *subjetivação*, a pesquisadora ainda realiza uma análise no espaço *on-line*, nas páginas “Professores Sofredores”, “Professora Indelicada” e “Pedagogia da Depressão”, do período de 2012 à 2016. A existência de práticas que proporcionam um mal-estar docente, bem como um movimento de *contraconduta*, também são descritos na dissertação. Tal leitura me fez enxergar aproximações com meu objeto, no que diz respeito aos efeitos negativos em torno da realidade dos professores. Apesar disso, minha pesquisa é orientada para uma análise em espaço e tempo distintos: o *Twitter*, nos anos de 2019 e 2020.

Azeredo (2018) produziu uma tese de Doutorado sob o título “O docente do ensino superior e o cuidado (de si): entre os modos de objetivação e de *subjetivação* na contemporaneidade”⁶. O estudo é pautado nos pressupostos foucaultianos, em diálogo com a psicanálise, para proceder a uma escuta discursiva de seis professores de faculdades privadas e públicas do Vale Paraíba Paulista. Entre suas

⁵ A dissertação de Caetano (2017) está disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5002854>. Acesso em: 19 fev. 2021.

⁶ A tese de Azeredo (2018) está disponível em: <<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/15138121091979308.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

contribuições, é constatada a existência de técnicas neoliberais de *governamentalidade* sobre a formação de subjetivação docente. A autora problematiza as condições de trabalho docente no contexto contemporâneo, o que se soma ao que venho produzindo, mas ela o faz focalizando questões relacionadas às falas de si, especificamente, produzidas por, e não acerca dos professores.

No conjunto dos trabalhos citados, o empreendimento analítico perpassa por dizibilidades de onde emerge a *subjetivação* como modo de pensar a constituição do professor enquanto sujeito, a partir da análise de materialidades distintas das que mobilizo. Além disso, de modo diferente, não constitui meu trabalho uma reflexão acerca da *subjetivação* como categoria principal, mas sim enquanto apenas um atravessamento pertinente ao meu objeto.

Distinguindo-se das produções enumeradas, procuro focalizar a produção de um conhecimento que se diferencia do que já foi produzido até o momento, considerando, principalmente, a emergência do período da história – marcado pela disputa política que atinge o âmbito educacional, no exercício de um novo governo, de extrema-direita, após quatorze anos de gestão afinada aos preceitos de esquerda.

Entendendo que, na dinâmica das práticas científicas, sempre surgem novas investigações, tomo uma metáfora foucaultiana – a caixa de ferramentas conceituais – na qual ele explicita a importância do uso público de seus conceitos. Assim, rejeito a existência de pesquisas cujos resultados sejam fechados e inquestionáveis. Aliás, pensar o contrário iria de encontro às críticas foucaultianas à noção do intelectual universal. Sobre a caixa de ferramentas conceituais, Michel Foucault explica que toda contribuição sua configura, “[...] um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu” (FOUCAULT, 2006b, p. 52). Fazendo também minhas as palavras do autor, assumo que

[...] quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros, seja *História da loucura* seja outro podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder,

inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006b, p.52).

Utilizando a lógica dos diversos usos possíveis para as ferramentas conceituais de Foucault, defendo que não só a minha dissertação, mas também trabalhos futuros, podem contribuir, modificar-se, atualizar-se, para construirmos as reflexões necessárias sobre quem somos enquanto sujeitos e sociedade.

Conforme perguntas e objetivos traçados até aqui exploro, no capítulo 1, como é realizada a análise do discurso pensando com o filósofo francês. Também explico a junção dos métodos arqueológico e genealógico, abordando, ainda, como utilizo os pressupostos do autor. Por fim, trato a respeito do funcionamento do Twitter, espaço utilizado para a seleção das SEs mobilizadas.

Posteriormente, no capítulo 2, abordo como realizo o *gesto de interpretação* das materialidades dos *discursos ordinários* do *Twitter*, explorando conceitos e questões sociais relativas ao meu recorte. Na sequência, explano a passagem do *arquivo* ao *corpus* por meio de *trajetos temáticos* e delimito as *condições de possibilidade* que me levam à análise. Por fim, o terceiro capítulo é teórico-analítico, contemplando a descrição e interpretação dos enunciados que formam o *corpus* e que correspondem às seguintes enunciabilidades: “professores doutrinadores”; “ser professor é uma declaração não conseguir fazer outra coisa” e “professores não trabalham na pandemia”. O movimento é realizado a partir do estabelecimento de uma relação entre tais práticas como constitutivas ao modo de ser professor hoje.

1 ARQUEOGENEALOGIA E ANÁLISE DE DISCURSIVIDADES NO TWITTER

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A questão principal que mobiliza este trabalho, já trazida na introdução, é: quais relações de poder e saber estão em embate na dinâmica de produção de sentidos sobre professores brasileiros no *Twitter*? A pergunta é orientada a partir do aparato teórico foucaultiano em que, por uma busca arqueológica, desestabilizo como aparecem, na rede, os enunciados de deslegitimação da carreira docente, para então, a partir da genealogia, entender o porquê de sua emergência.

1.2 UMA ANÁLISE DO DISCURSO COM FOUCAULT

Para estabelecer as *condições de possibilidade* da pesquisa, no manuseio das noções teóricas, é levado em consideração que, na AD, existem tendências que se diferenciam, desde o tratamento do *arquivo* (FOUCAULT, 2020) até a realização do *gesto de interpretação* (ORLANDI, 1999). Assim, em uma perspectiva foucaultiana, a análise do campo discursivo, tomada nesta pesquisa é

[...] orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2020, p. 27).

Não cabe, aqui, tentar entender o que estaria “por trás” ou a intenção de um discurso, da subjetividade, da ideologia, mas problematizar o modo como um *regime de práticas* (FOUCAULT, 2006b) pôde existir em determinada sociedade, em um determinado momento. Para tanto, a análise dos enunciados decorre da junção de duas fases do filósofo francês: a arqueológica e a genealógica.

A fase arqueológica, em que o autor se debruça sobre questões direcionadas à história e à constituição de saberes, é desenvolvida, segundo Machado (2019), em obras como a *Ordem do discurso* e a *Arqueologia do saber*. Por meio desse método,

a leitura do *arquivo* é voltada para a individualização e descrição das SEs. De acordo com Foucault (2020, p. 192), deve-se

[...] compará-las, opô-las, umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral.

No processo, procura-se fazer aparecer as relações entre enunciados e FD através da descrição e comparação, em um gesto que produz efeito multiplicador de sentidos possíveis. Trata-se de um movimento que “[...] não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes” (FOUCAULT, 2020, p. 195). Então, não há, aqui, o estabelecimento de um único discurso sobre professores brasileiros, mas de uma rede de entrecruzamentos relacionados ao mesmo tema.

A arqueologia recai tanto sobre os domínios discursivos quanto não discursivos, ou seja, além do que está na materialidade, são levados em consideração os efeitos causados pelas instituições, pela política, entre outras práticas. Dessa forma, é possível enxergar as conexões entre poderes distintos, pois, como Navarro (2015, p. 156) explica, [...] em Foucault o poder não tem uma relação direta com o Estado, uma vez que ele se exerce em níveis e em pontos diferentes da sociedade, configurando uma rede complexa de micro-poderes”. O poder, nesse sentido, é exercido em diferentes escalas e em todos os espaços sociais.

Pensando na ordem de aparição de cada enunciado sobre professores, retomo a ideia de que, na descrição arqueológica foucaultiana, interessa, especificamente, interrogar *como* e *por que* determinados discursos favorecem a produção de sentidos históricos, políticos e sociais. Por esse ângulo, a descrição arqueológica dos discursos

[...] se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de

discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (FOUCAULT, 2020, p. 201).

Na arqueologia, em suma, se a análise se detém mais na descrição e comparação dos enunciados, em sua relação com a historicidade e com os saberes, na genealogia, volta-se mais para as especificidades das formas de exercício do poder. A fase genealógica de Foucault aparece, como pontuado por Machado (2019), em obras como *Vigiar e Punir*, *Microfísica do poder* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*.

A análise genealógica assume importância, aqui, principalmente pela configuração com que os exercícios do poder constituem verdades sobre professores, no interior da trama histórica do presente. Foucault (2019, p. 43) chama de genealogia algo que é

[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.

Quando se refere ao sujeito, o filósofo francês foge da ideia de um sujeito constituinte para pensá-lo em sua relação com a prática discursiva na história *descontínua*. No interior dessa prática, “[...] o lugar do sujeito é vazio, podendo ser ocupado por aquele que preencher certas condições” (ARAÚJO, 2008, p. 104). Trata-se de conjunturas que determinarão a posição-sujeito a ser ocupada, conforme as regras de cada tipo de enunciado.

Logo, a relação entre sujeito e discurso pode se modificar a depender do contexto. Em função disso, o sujeito não é o foco, e sim o discurso. Utilizando, mais uma vez, as palavras de Araújo (2008, p. 105), destaco que “[...] o sujeito não é dono do discurso e por isso, nesse nível, não importa saber quem é o autor da formulação, mas se alguém enunciou algo, ele só pôde fazê-lo mediante condições estritas”. Assim, não se faz referência a um *cogito*, importa o que é dito, e não quem fala. Para Foucault (2020, p. 150), a análise do enunciado

[...] situa-se, de fato, no nível do “diz-se” – e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação

coletiva que se imporia a todo indivíduo, nem como uma grande voz anônima que falaria necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. "Não importa quem fala", mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.

Na abordagem em questão, segundo Araújo (2008), o recorte é realizado para ir além do significado e do significante, focando na dimensão do que faz determinados enunciados circularem. Nas palavras de Foucault (2020, p. 241), trata-se de “[...] mostrar em que consistiam as diferenças, como era possível que homens, no interior de uma mesma prática discursiva, falassem de objetos diferentes, tivessem opiniões opostas”. Consiste em evidenciar, então, o que está na materialidade discursiva, a qual é produzida por sujeitos que assumem diferentes papéis. Em resumo, a genealogia é

[...] uma analítica interpretativa que, sem pretensão ontológica ou epistemológica, visa a abordar na história e historicamente as forças, os dispositivos, os aparelhos, as instituições que produzem efeitos principalmente sobre os corpos, as populações, as doenças, a sexualidade, a governamentalidade, as ciências humanas, o direito, a medicina, as instituições pedagógicas e disciplinares. As modificações e os investimentos de saber e poder nesses espaços permitem analisar o sujeito dividido e normalizado em que hoje nos tornamos na sociedade disciplinar (ARAÚJO, 2008, p. 102).

É, portanto, um método que torna possível compreender a discursivização sobre professores brasileiros na atualidade. A união dos dois métodos é fundamentada na ideia de que não há uma separação entre um Foucault arqueologista e, depois, um genealogista. Fazendo meus os dizeres de Araújo (2008, p. 96), acredito “[...] que a sua abordagem genealógica não substitui a abordagem arqueológica, mas que elas se fundem por causa de sua filosofia crítica do sujeito”.

A interpretação de base *arqueogenealógica* me permite pensar em “[...] como esses discursos puderam formar-se historicamente e a partir de que realidades históricas o fizeram” (ARAÚJO, 2008, p. 100). O método *arqueogenealógico* foucaultiano é organizado para valorizar, também, as práticas não discursivas, isto é,

a leitura das estratégias de poder político enquanto uma espécie de agonismo, de funcionamento recíproco e intercambiável no que diz respeito às relações entre acontecimentos.

A questão é compreender “[...] o que rege os enunciados e a forma como eles se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis” (FOUCAULT, 2019, p. 39) sobre professores. Não se trata de uma discussão a respeito de um poder que age sobre os professores, embora isso apareça nas análises como contexto do presente, mas sim de saber “[...] que efeitos de poder circulam entre os enunciados” (FOUCAULT, 2019, p. 39). É compreender, em suma, o *regime de práticas* de poder em funcionamento em uma determinada conjuntura.

A fim de pensar o tratamento do *arquivo* na perspectiva foucaultiana, lembro que não é possível dar conta de todo um arquivo histórico na rede, visto que, conforme estabelecido por Grigoletto (2017), a internet já funciona como um grande arquivo, por ser um espaço onde se depositam muitas informações em escala global. Consequentemente, para operar nesse segmento, é preciso realizar um recorte, o qual “[...] não é neutro e já representa um primeiro *gesto de interpretação* da leitura desse arquivo” (GRIGOLETTO, 2017, p. 149).

No presente estudo, a materialidade digital é constituída a partir de um mapeamento do *Twitter*, na delimitação de um *trajeto temático* – o qual será explicado no tópico 2.3. O recorte temporal contempla os acontecimentos discursivos dos anos de 2019 e 2020, estando relacionados às práticas sobre professores e sendo levadas em consideração as condições históricas, sociais e políticas do momento. Os enunciados são caracterizados por *regularidades* no que diz respeito à construção de uma imagem sobre professores brasileiros, em que feixes de acontecimentos compõem o dispositivo de saber acerca dos sujeitos docentes de hoje.

Ao me referir ao termo “hoje”, penso em uma temporalidade que se estende na história, a qual pode ser observada a partir da *descontinuidade*, movimento em que se percebe a existência de “[...] todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não tem o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos” (FOUCAULT, 2019, p. 40). Ou seja, é um exercício de não olhar para a história a partir de um único plano,

mas sim por meio dos acontecimentos e dos diferentes níveis em que são construídos, formando um engendramento.

Quanto à noção de *regularidade*, esta consiste em determinar “[...] entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, uma ordem em seu aparecimento sucessivo” (FOUCAULT, 2020, p. 46). Enquanto isso, a observação da *dispersão* (FOUCAULT, 2020, p. 67) está pautada na “[...] determinação da descontinuidade, um afastamento, uma incompatibilidade entre formações discursivas”, manifestada nos enunciados. Entre *regularidades* e *dispersões*, vejo a prática discursiva enquanto aresta de subjetivação dos sujeitos. Nas palavras de Gregolin (2015, p. 194), o movimento com o filósofo francês é um convite “[...] à construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da linguagem, da historicidade e da produção de subjetividades”.

Na identificação de *regularidades* e *dispersões* das práticas discursivas, ressalto que, para Foucault (2020, p. 176), não se trata de “[...] opor a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro (que seria menos esperado, mais singular, mais rico em inovações), mas sim a outras regularidades que caracterizam outros enunciados”. O meu recorte centra-se, então, na especificidade constitutiva à natureza das discursividades, de forma que as *regularidades* e as *dispersões* identificadas constituam a materialidade linguística das SEs selecionadas para análise.

É na descrição e interpretação dos enunciados e seus efeitos de sentido possíveis que se estabelece o fechamento do dispositivo teórico-metodológico empreendido para o desenvolvimento da pesquisa, em conformidade aos objetivos propostos. Nas palavras de Foucault (2020, p. 177-178),

[...] temos, portanto, campos homogêneos de regularidades enunciativas (eles caracterizam uma formação discursiva), mas tais campos são diferentes entre si. Ora, não é necessário que a passagem a um novo campo de regularidades enunciativas seja acompanhada de mudanças correspondentes em todos os outros níveis dos discursos. Podemos encontrar *performances* verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática (vocabulário, sintaxe e, de uma maneira geral, a língua); que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica (estrutura proposicional, ou sistema dedutivo no qual se encontra situada); mas que são *enunciativamente* diferentes.

Assim, o gesto analítico se compõe na percepção da multiplicidade de enunciados que fazem parte de uma mesma FD, no entendimento de que acontecimentos regulares ainda se dispersam no campo da enunciação. Para iniciar análise e descrição das unidades do discurso, Foucault (2020) nos convida a renunciar à ideia de continuidade, bem como à concepção de que todo discurso repousaria em um já-dito. O primeiro aspecto – renúncia à continuidade – concerne colocar em questão as “[...] sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início” (FOUCAULT, 2020, p. 26). Sob tal premissa, é preciso inquietar-se e assumir o tratamento dos discursos a partir da complexidade de acontecimentos dispersos, constituídos a partir de um feixe de relações.

O segundo – renúncia à concepção de um já-dito – repousa na ideia de que, talvez, não seja necessário assimilar a origem na análise de um objeto. Foucault rompe com a noção de que “[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito” (FOUCAULT, 2020, p. 30). Realizar tais renúncias não quer dizer negá-las, mas deixá-las em suspenso, questionando o modo como aceitamos ou não problematizamos a quietude do sentido para, então, perceber novas questões que podem ser levantadas. Recorrendo aos termos de Foucault (2020, p. 30-31),

[...] é preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para escolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Na esteira do que propõe o autor, analisar o enunciado em sua emergência *descontínua* é fazê-lo emergir, em sua irrupção histórica, a partir do acontecimento. Isso quer dizer que se abre a possibilidade de descrever relações entre possíveis sentidos. Foucault (2020) destaca que, em algumas FDs, pode existir uma

aproximação da arqueologia com a ordem sistemática. Entretanto, ele explica ser importante

[...] não confundir os diversos ordenamentos, não procurar em uma 'descoberta' inicial, ou na originalidade de uma formulação, o princípio geral, a lei das regularidades enunciativas ou das invenções individuais; não pedir à derivação arqueológica que reproduza a ordem do tempo ou que revele um esquema dedutivo (FOUCAULT, 2020, p. 181).

Analisar práticas discursivas a partir desse ponto permite traçar conexões entre procedimentos múltiplos e *descontínuos* que fabricam as verdades de cada época. A própria emergência da noção de verdade é carregada de historicidade, o que quer dizer que houve seleções, escolhas e apagamentos para que algo fosse legitimado.

Pensando na busca pela verdade, com o filósofo francês, lembro que ela decorre enquanto um efeito, formulada por situações, acontecimentos, histórias e jogos sociais. A noção, nesse sentido, é “[...] da ordem do acontecimento, não é única nem atemporal” (GREGOLIN, 2015, p. 193). É inerente, portanto, a uma *ordem do discurso*, em que é estabelecido, de alguma maneira, o que é enunciável ou não em certos momentos históricos.

Ao observar como os *efeitos de verdade* são construídos na *descontinuidade* histórica, faz-se necessário entender que, em uma perspectiva da *arqueogenealogia* foucaultiana, não se prima por uma verdade absoluta, nem mesmo por dar respostas prontas acerca do acontecimento, mas sim em trazer à superfície da materialidade o que está opaco no discurso. Nas palavras de Foucault (2019, p. 54), ao questionar os *efeitos de verdade*

[...] não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder –, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento.

Destaco que, na própria constituição da AD, existe o atravessamento de *descontinuidades* históricas – a exemplo das diferentes vertentes e abordagens teóricas do campo. Por isso, explico que, para pensar com Foucault, aciono suas

ferramentas conceituais a partir da *arqueogenealogia*, porém não deixo de manter o diálogo com os estudos de vertente materialista – pecheuxiana – enquanto precursora e indispensável à articulação teórica. Em concordância com os apontamentos de Courtine (2005, p. 31), considero que “[...] as noções de formação discursiva e de memória discursiva, tais como podemos ainda apreendê-las a partir dos trabalhos de Pêcheux, mas também de Foucault”, não precisam, necessariamente, estar em oposição uma a outra.

Entendendo o papel da memória em uma análise discursiva, vejo a possibilidade de contribuir com os estudos do discurso no Brasil sem apagar o gesto fundador de Pêcheux, tentando manter, como propõe Ferreira (2007, p. 15-16), “[...] a *fidelidade teórica* sem que isso implique *submissão à teoria*”, tendo em vista as divergências entre vertentes.

A questão da historicidade do discurso é o que me permite pensar no “hoje” e em como é possível, com Michel Foucault, realizar um *diagnóstico do presente*, estabelecendo uma relação entre razão e história, voltando-se, também, ao sujeito. Sobre isso, Gros (1995) destaca que, ao questionar “Quem somos nós?”, Foucault dá a virada no pensamento filosófico kantiano que visava compreender a atualidade, passando a contemplar reflexões para a questão do sujeito, enquanto parte singular na construção da história.

Nesse sentido, a relação entre razão e história é o que permite perceber como existiram seleções, escolhas, apagamentos para que algo pudesse ser legitimado. Enquanto a questão do sujeito levantada por Foucault “[...] assinala logo que não se trata de perguntar ‘quem somos nós enquanto sujeitos universais’, mas enquanto sujeitos, ou singularidades históricas. Qual é esta historicidade que nos atravessa e nos constitui?” (GROS, 1995, p. 177). É assim que se torna possível realizar um *diagnóstico do presente* com o filósofo francês.

O trabalho de entendimento da constituição de verdades do presente atravessa, ainda, as noções de *governamentalidade* e *disciplina*. A ideia de *governamentalidade* é tecida por Foucault (2019) como um fenômeno relacionado à arte de governar.

Conforme o filósofo francês, ao longo dos séculos, modificaram-se os modos de pensar o governo, a soberania, a política e a economia. E foi observando a forma

de gerir a população que chegamos à noção de *governamentalização* – gestão pela qual a população se torna instrumento e objeto do governo. Segundo Foucault (2019, p. 428), “[...] trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem a população como seu alvo principal e os dispositivos de segurança como seus mecanismos essenciais”.

Do estabelecimento de tal arte de governo, a *disciplina* passou a ser algo mais importante para gerir a população, e não me refiro ao ato de gerir a massa em nível global. Falo, especificamente de “[...] gerí-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 2019, p. 428). Assim, há uma gestão baseada no controle da população, através da sutileza e do uso de dispositivos de segurança, os quais se apoiam, principalmente, em três pilares: “[...] pastoral, novas técnicas diplomático-militares e finalmente a polícia” (FOUCAULT, 2019, p. 431).

Para o estudioso, a *governamentalidade* é a forma de delimitar o que diz respeito ou não ao Estado, o que é de domínio público e privado, sendo um fenômeno inteligente e astucioso. Em suma, Foucault entende a *governamentalidade* como o

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Em meu percurso, interessa pensar na *governamentalidade* e na instituição de um *regime disciplinar* como arestas que favorecem o surgimento dos enunciados sobre professores. Como Foucault (2014b, p. 134) explica, “[...] em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe

impõem limitações, proibições ou obrigações”, ações que aparecem com certa regularidade nos discursos em torno das práticas docentes.

Por meio da *disciplina*, aplicam-se métodos capazes de exercitar e fabricar corpos obedientes. Ciente disso, eu me questiono sobre o quanto os professores podem ameaçar a ordem estabelecida pelo sistema, ao ponto de existir uma FD direcionada à *disciplinarização* do docente brasileiro. A partir de tais condições, o meu trabalho como pesquisadora *arqueogenealogista* é

[...] interpretar ou fazer a história do presente, mostrando que transformações históricas foram as responsáveis pela nossa atual constituição como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas e dotados de uma subjetividade através da invenção de uma ciência sobre o sexo (ARAÚJO, 2008, p. 103).

Em suma, os procedimentos teórico-metodológicos descritos abrem caminho para compreender a circulação de discursos no *Twitter* acerca de professores. A desnaturalização do como tais dizibilidades puderam aparecer é o que determina o tratamento do *arquivo*, em suas *regularidades* e *dispersões*, orientativas do recorte em *corpus*.

1.3 FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TWITTER

Considerando o *Twitter* na condição de *espaço enunciativo informatizado* (GALLO, 2019) que situo enquanto ambiente de análise deste estudo, é importante destacar seu funcionamento como um dispositivo de saber e de poder. *Dispositivo*, na perspectiva foucaultiana, conforme a explica Sargentini (2015, p. 21), refere-se à “[...] lente que se abre para a análise dos objetos que são, sob essa nova ótica, de caráter inevitavelmente heterogêneo”, sendo formado pelo que está ou não no plano discursivo.

O dispositivo é o que me permite olhar para o que é discursivo e não discursivo diante da materialidade digital. Nas palavras de Foucault (2019, p. 367) o dispositivo “[...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam”. Ou seja, existem relações e práticas que se sustentam e

são mantidas por um tipo de saber. Tais práticas, no entanto, não são escancaradas e definidas a fim de que se compreenda sua função na disputa por força e poder.

Sendo mais específica, destaco que Foucault (2019, p. 364) demarcou o dispositivo como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Os ditos e não ditos de uma época se tornam um reflexo do que é condicionado como o verdadeiro em uma sociedade. As *vontades de verdade* podem ser determinadas pelos saberes vigentes do momento, as quais são regulamentadas por poderes, regimes, práticas e regras envolvidas em um dispositivo. Nesse sentido, há uma rede de práticas que constitui um dispositivo de saber em relação aos professores. Logo, uma análise arqueológica e genealógica – abordagem que situo no tópico 1.2 – as *regularidades* e *dispersões* dos enunciados em questão, apoia-se no conceito de dispositivo para a descrição e interpretação das SEs.

Para o *gesto de análise*, eu me baseio na ideia de “[...] fazer a análise de um regime de práticas que [me] permitirá ver o modo como um dispositivo erige-se sustentado por uma rede de elementos” (SARGENTINI, 2015, p. 21, acréscimo meu). A autora ainda lembra que tal percurso é composto por um caminho de etapas entre a percepção da *acontecimentalização*, que é influenciada pelo olhar do pesquisador; pelo estabelecimento de um *quadro de relações* de perguntas da pesquisa dentro de um *regime de práticas*; e por uma *análise das práticas* entrelaçadas em rede, de onde emerge a noção de dispositivo, constituído de heterogeneidade.

Como o próprio filósofo francês explica, a *acontecimentalização* é o que permite fazer surgir a singularidade, mostrar o que não estava tão evidente. Para Foucault (2006a, p. 339), trata-se de “[...] ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas”.

Pensar a história em sua *acontecimentalização* tem, em suma, uma função teórico-política.

Ainda em diálogo com as ideias de Sargentini (2015, p. 25), destaco que “[...] o encontro e a articulação dos conceitos de arquivo, acontecimentalização, durações, espacialização e dispositivo estão envolvidos, portanto, no fazer metodológico da pesquisa”. Assim, passa a ser necessário, realizar vários gestos, que vão desde desnaturalizar o que foi colocado como verdade, ou resposta final acerca de um acontecimento, até entender que existe uma rede de discursos compondo a heterogeneidade dos dispositivos.

Entendendo a complexidade do *Twitter* enquanto um dispositivo que faz parte da construção de sentidos sobre professores é que passo à descrição de seu funcionamento técnico. O site foi criado em 2006 e, desde então, permite aos usuários publicarem pequenas unidades de texto, inicialmente, com 140 caracteres, estendidos para 280, em 2017. O nome do espaço se origina da ideia de *tweet*, que em inglês significa “pio de passarinhos”, para simbolizar os pensamentos expressados em pequenas textualidades. Quanto às mensagens, elas ficam acumuladas na *timeline* – linha do tempo – do internauta, colaborando para o acesso de um grande número de informações instantâneas, que vão se atualizando o tempo todo. Entre as principais funções da rede, está a possibilidade de conversar, compartilhar, curtir e saber quais são os assuntos mais comentados no Brasil e no mundo. No último caso, o acesso se dá a partir dos chamados *Trending Topics* – assuntos do momento – ferramenta mobilizada pelo uso de *hashtags* (SILVEIRA, 2020).

Para a autora, “[...] uma hashtag, em linguagem de programação, é um *link* com a função de ‘vincular textos’, permitindo o acesso a um ‘conjunto de dados’ que fica ‘armazenado na internet’” (SILVEIRA, 2020, p. 6). A ferramenta compõe parte da normatização técnica do *Twitter*, sendo, também, um tipo de prática discursiva.

A exemplo da mobilização das *#elesim* e *#elenão*, situadas no capítulo 2 – no tópico 2.2 – desta dissertação, o uso das duas *hashtags* possibilitou, por meio do aparato técnico, a construção de um conjunto de enunciados de manifestações políticas em comum, ou seja, de nível social e histórico. Os dizeres no *Twitter* e o acúmulo de sentidos não se limitam, entretanto, ao compartilhamento de *hashtags*,

porque é possível, via mecanismo de busca, encontrar qualquer assunto a partir de palavras-chave que permanecem na memória da rede social.

Explicando o funcionamento do *Twitter*, destaco que sua dinâmica permite que, a cada segundo, informações sejam atualizadas e novas possam aparecer na *timeline*. Na Figura 1, é possível ver, na lateral direita, o enunciado “O que está acontecendo” – opção disponibilizada na página inicial de qualquer usuário.

Figura 1 – Página inicial do *Twitter*



Fonte: Print realizado pela autora em: 11 jan. 2021.

Poucos minutos após o primeiro print (Figura 1), os assuntos mais comentados já não eram todos os mesmos. Em relação ao acúmulo e à mudança de tantos dizeres, não dá para afirmar quais são os critérios do algoritmo para “subir” determinado tema como pertinente. Como Silveira (2020, p. 6) explica, “[...] é possível considerar que o conjunto de variáveis está organizado a partir do princípio de midiatização dos dizeres”. Tal midiatização é o que a autora denomina como o apagamento produzido no espaço heterogêneo da rede, “[...] uma vez que o efeito que aí se produz é o de que ‘todos estão falando dessas mesmas coisas’ ou, pelo menos, de que são os assuntos mais importantes para a maioria dos sujeitos-usuários” (SILVEIRA, 2020, p. 6).

Mesmo sendo um espaço com a característica de viabilizar mensagens curtas, pode-se também dizer muito, a partir da construção de uma *thread* – ferramenta empregada para expandir a escrita que, em um único tuíte, estaria limitada a 280 caracteres. O recurso permite ao internauta fazer um estilo de postagem em sequência e em formato de respostas a si mesmo, corroborando na criação de uma estrutura contínua e linear do que se pretende publicar, conforme demonstrado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – *Thread* em crítica à perseguição de professores



Fonte: Print realizado pela autora em: 11 jan. 2021.

As postagens que compõem a Figura 2 configuram uma *thread* – linha ou fio – exatamente com a função de costurar um enunciado a outro. A utilização do recurso, em uma espécie de gesto de resistência, reverte a necessidade de economizar caracteres. A partir do *post*, o sujeito provoca um questionamento, demarcando a incoerência entre falas e práticas da gestão do ministro e de seus antecessores, levando em consideração que o mesmo reforça ideias que vão de encontro à valorização dos professores, a qual diz querer promover:

Milton Ribeiro, pr presbiteriano e ministro da educação, compõe a comissão de ética da presidência desde 2019. Ou sua ética pública coaduna com ordem para filmar professores, suspender cotas, perseguir pesquisadores, difamar universidades ou se apequena à subserviências.

Em um segundo comentário, formulando então a *thread*, o mesmo perfil continua o enfrentamento a respeito da posição-sujeito assumida pelo ministro:

Como pode alguém que exerce o ministério do pastorado compor uma comissão de ética pública que nunca se posicionou publicamente contra o desmonte promovido por Weintraub [seu sucessor no ministério]; contra o descaso com a vida na condução da pandemia ou contra a boiada de Ricardo Salles [Ministro do Meio Ambiente] (acréscimos meus).

O sujeito da postagem retoma a memória de fatos recentes no âmbito político e social, no Brasil, deixando exposta sua insatisfação diante do silenciamento de Milton Ribeiro a respeito dos absurdos promovidos pela pasta ambiental do governo, bem como da saúde e da educação.

Ainda sobre o funcionamento do *Twitter*, de acordo com Grigoletto (2017), existe uma ilusão entre o controle da máquina e o controle do usuário que navega na rede. Então, é preciso levar em consideração o efeito de naturalidade no *arquivo* e no *gesto de interpretação*. Devido ao modo como opera, o *Twitter* pode ser enquadrado enquanto dispositivo de controle sobre os sujeitos, bem como sobre os sentidos que estes mobilizam. Para a autora,

[...] a tecnologia, nesse caso, funciona como uma poderosa ferramenta de vigilância sobre os sujeitos que, ao navegam na rede, deixam seus rastros, os quais servem para alimentar bancos de dados de grandes empresas que os utilizam para gerar novos negócios e produzir lucros (GRIGOLETTO, 2017, p. 147).

Adentrar o funcionamento do *Twitter* é uma forma de entender a constituição da historicidade no espaço *on-line*. Longe de se restringir ao acúmulo de informações na rede, a dinâmica de trocas e o armazenamento de dados influenciam nos sentidos que constroem a história do presente.

Ao finalmente situar, aqui, como realizo um *gesto de interpretação* com base no método *arqueogenealógico* foucaultiano, e delimitar o funcionamento do *Twitter*,

passo ao próximo capítulo em que exploro, primeiramente, como olho para os atravessamentos discursivos em minha leitura no *on-line*. Posteriormente, situo os *trajetos temáticos* de delineamento do *arquivo* ao *corpus*, abordando, por fim, as *condições de possibilidade* na relação professor-ciência-legitimidade como questões intrínsecas ao adentramento da análise.

2 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE: CIÊNCIA, DISCURSO, PROFESSORES

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na AD, com Michel Foucault, como já apontado no capítulo anterior, cabe olhar para os sentidos inscritos nos acontecimentos históricos *descontínuos*, sendo preciso entender, inclusive, as relações de poder e de saber como constitutivas às práticas sociais e discursivas. Quando analiso *discursos ordinários* aciono, em alguns momentos, meu olhar de jornalista. Mobilizo, também, a professora que pretendo ser um dia. Por mais que tivesse essa carreira em mente, desde o ensino médio, escorreguei de tal caminho por me basear em experiências vividas e em um imaginário recorrentemente discutido nos meios em que convivo: o de que boa parte dos professores não seriam contentes ou realizados profissionalmente, devido a problemas em relação aos salários, em muitos casos baixos, além da desvalorização da educação e da própria imagem dos profissionais da área.

Somado à posição-sujeito que ocupo, para fazer AD, não posso ignorar os acontecimentos em sua relação com o campo político, enquanto esfera de poder que contribui para a construção de *efeitos de verdade*, de legitimidades, influenciando, inclusive, no funcionamento político-pedagógico e institucional de escolas e universidades.

Do mesmo modo que minha posição-sujeito e os acontecimentos históricos e *descontínuos* afetam o gesto de recorte realizado neste trabalho, eles também perpassam a forma com que procedo ao *gesto de interpretação* diante da materialidade digital. Um espaço em que, por meio do discurso e dos dizeres ordinários, constroem-se sentidos – os quais são explorados nas páginas seguintes – carregados de historicidade que faz reverberar as verdades de hoje.

2.2 DISCURSOS ORDINÁRIOS E ATRAVESSAMENTOS À LEITURA NO DIGITAL

As postagens no *Twitter* são permeadas de questões que vão além da normatização técnica da rede social. Mesmo que o ato de dizer em tal espaço tenha ganhado alcance em escala global, ainda é preciso levar em consideração que esse

ambiente não é ocupado por todos os sujeitos – o que constitui uma forma de silenciamento de dizeres.

Além de diferenças sociais que impossibilitam o acesso à internet e a aparelhos, também há quem não disponha do letramento digital suficiente para navegar *on-line* ou dominar o uso de dispositivos eletrônicos. Como destacado por Navarro (2015, p. 151), “[...] sujeitos inseridos num mesmo momento histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm com os saberes instituídos e legitimados numa sociedade”.

Apesar de circunstâncias desiguais, o *on-line* se tornou um lugar de trocas de informações dos mais diversos níveis, fazendo aparecer todo tipo de assunto. A existência dos *discursos ordinários* movimenta uma rede de dizeres na *web* e, para Silveira (2019, p. 41), tais enunciabilidades tomaram “[...] conta dos espaços informatizados ao mesmo tempo em que os espaços informatizados passavam a fazer parte das práticas cotidianas”. Nesse sentido, o *Twitter* tem sido um local de fala, resistência e visibilidade, pois *discursos ordinários* passaram a circular tanto quanto os discursos da mídia tradicional.

Sobre a projeção dos *discursos ordinários*, destaco que eles alcançam uma dimensão diversa, passando pelo campo privado, o familiar, até os espaços sociais como a rua. A circulação do discurso digital pode ser pensada, então, a partir de uma lógica que

[...] se faz pela quantidade de seguidores, de acessos e de visualizações, ainda que não ocupem um lugar de poder político e econômico, como o das grandes corporações políticas e midiáticas, o discurso ordinário ganha espaço e projeção social, traduzida em likes, curtidas e seguidores, nas redes interpessoais e aglutinadoras que instituem a ordem discursiva do digital (SILVEIRA, 2016, p. 66).

É entendendo a gama de fatores complexos envolvidos, segundo discutido até aqui, que realizo uma análise de materialidade digital. A dinâmica dos enunciados em um ambiente tão heterogêneo, disperso e múltiplo acaba me colocando diante dos efeitos da máquina e de outros discursos que permanecem no esquecimento.

No jogo de escrita e leitura, as redes sociais, como no caso do *Twitter*, podem ser entendidas enquanto *espaços enunciativos informatizados*, que veiculam

discursos “[...] deslocados das instituições, ou seja, sua relação mais determinante é com as empresas que os viabilizam, mais do que com as instituições que legitimam discursos de escrita” (GALLO, 2019, p. 31). Suas materialidades são, portanto, marcadas por embates diante do que é novo e diferente.

Entendendo que os discursos são reproduzidos pela mídia jornalística tradicional – enquanto meios de comunicação que possuem certa legitimidade institucional (GRIGOLETTO, 2017) para construir sentidos – situo textos noticiosos no decorrer da discussão enquanto produções constitutivas dos sentidos do *on-line*, e que se entrecruzam com os modos de (re)produção e de compartilhamento na instância dos *discursos ordinários*, sobretudo no *Twitter*.

Ao precisar disputar espaço e visibilidade nas mídias sociais, o jornalismo também tem se reformulado. Os grandes monopólios de comunicação de massa passaram a ser questionados pela máscara da imparcialidade, as *fake news* ganharam força rapidamente nos últimos anos, e não há como negar o papel do jornalismo nessa problemática. Nos discursos de objetividade e imparcialidade, há uma grande disputa por poder, a partir de campanhas e patrocínios milionários. Os meios de comunicação tradicionais passaram a concorrer o espaço de veracidade da informação com os meios de comunicação alternativos (os *blogs* e o jornalismo independente) e com os *discursos ordinários* em circulação nas redes sociais. Para Miguel (2019, p. 114), estamos diante

[...] de uma disputa pela posição de gatekeeper legítimo. Os novos agentes adotam como discurso a denúncia do alinhamento do campo jornalístico com uma posição, seja à esquerda, seja à direita ao gosto do freguês, e assumem a posição de desveladores de uma realidade oculta. O jornalismo, como revide, reforça em seu discurso o apego aos valores profissionais de objetividade, respeito à verdade factual e isolamento estrito entre notícia e opinião. A aposta do fact checking visa exatamente exaltar o diferencial que o jornalismo profissional possui em relação a seus concorrentes amadores.

Ao não pautar sobre a heterogeneidade dos temas, principalmente políticos, compartilhando ideias com efeito de universalidade, a mídia tradicional favoreceu a popularização das notícias falsas. Os veículos de comunicação, antes detentores dos monopólios de produção informativa, perderam parte desse poder, à medida que

os *espaços enunciativos informatizados* proporcionam novos modos de circulação de conteúdo.

Desde 2016, o termo *fake news* passou a ser mais empregado, tendo em vista o cenário político internacional, principalmente dos EUA, com a eleição de Donald Trump para presidente (CAMPOS, 2018). No Brasil, processo similar teve mais destaque durante a corrida presidencial de 2018. Além de apontado por analistas políticos e jornalistas de grandes mídias, estudos como os de Bento (2020), Campos (2018) e Alves e Maciel (2020) vinculam o fenômeno à campanha de Jair Bolsonaro, o qual demonstrava, inclusive, forte apreço e admiração ao estilo de gestão escolhido por Donald Trump.

A definição do conceito de *fake news* ainda é amplamente discutida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Em uma tradução literal do termo inglês, é possível dizer que são “notícias falsas”, apesar de se tratar de uma engrenagem mais abrangente. No cotidiano, elas podem ser frequentemente associadas ao simples compartilhamento de notícias falsas, entretanto, destaco, com Adorno e Silveira (2017, p. 3), “[...] que compartilhar notícias falsas e produzir notícias falsas não são a mesma coisa, embora apareçam nesse cenário de forma pouco discernível”.

Em revisão bibliográfica do termo *fake news*, Alves e Maciel (2020, p. 153) resumem o que é mais regular em tal fenômeno:

Via de regra, as *fake news* encontram seu motor não no desejo de negar a verdade, mas sim na vontade de vencer a disputa a qualquer preço, mesmo que para isso seja preciso falsear a realidade. As pessoas deixam de se perguntar se a notícia é verdadeira ou falsa. Estão ainda menos preocupadas se os fatos estão bem assentados ou se a fonte é confiável. A única coisa que importa é se a notícia favorece sua posição em um contexto polarizado. Assim, produzimos e fazemos circular informações de maneira entrincheirada, usando notícias e manchetes como armas no meio de um campo de batalha.

Enquanto finalizo a escrita desta dissertação, em 2022, sigo acompanhando como o primeiro corte de verbas destinadas às universidades públicas, em abril de 2019, tornou-se, no contexto histórico recente, apenas uma de tantas investidas contra a educação e os professores, no governo em exercício. A questão é que, desde o último pleito presidencial, uma rede discursiva pautada em ódio, polarização

e *fake news* adquiriu substancial crescimento – um padrão que não diminuiu nos anos subsequentes⁷.

A leitura do *arquivo* digital fica atravessada pela heterogênea e mutável forma de circulação dos enunciados. Conforme Silveira (2019, p. 39), são práticas que “[...] vêm se historicizando e provocando deslocamentos significativos para a relação dos sujeitos ordinários com a política, os políticos e a mídia já há um bom tempo”. A autora, que estuda os dizeres do campo ordinário desde 2006 e o aprofundou em sua tese (2015), tem acompanhado as mudanças no cenário *on-line*. A pesquisadora explica que, inicialmente, viu surgir “[...] um espaço privilegiado para que os sujeitos ordinários pudessem rir da política e da mídia; sobretudo das mentiras forjadas pelos discursos dominantes” (SILVEIRA, 2019, p. 41). A postura do dizer do momento – 2006 – era marcada pela rejeição ao partidarismo e à política, de uma forma que produzia efeito de humor.

Em 2010, foi notada uma mudança nos dizeres ordinários, marcados pela polarização partidária e ainda com o efeito de humor como característica marcante das postagens. Silveira (2019, p. 43) constata que, naquele momento, “[...] ao menos uma vez ao dia uma hashtag relacionada às eleições constava entre os assuntos do momento”. E, em 2014, como já previsto, emergiu maior acirramento político e ideológico no país. O último ano de eleições presidenciais foi 2018, momento em que os discursos de ódio e as *fake news* ganharam uma força jamais vista na *web*. Esse modo de circulação dos arquivos mostra que

[...] diferentemente dos processos eleitorais anteriores, no processo eleitoral de 2018 um dos efeitos mais significativos foi a suspensão do riso. Embora os enunciados humorísticos tenham continuado em alguns desses espaços, os afetos políticos principais giravam em torno do medo e da raiva (SILVEIRA, 2019, p. 50-51).

Para contextualizar um pouco mais o cenário eleitoral da época, rememoro que, durante a corrida presidencial brasileira, houve o aumento de um efeito de rachadura na sociedade, com os crescentes confrontos que movimentaram o campo

⁷ Segundo o levantamento da agência de checagem Aos Fatos, apenas em 2021, o presidente eleito em 2018 realizou cerca de 6,9 declarações falsas por dia, número que avançou com o passar dos anos. Informação disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

político, principalmente no digital: o embate entre a #elesim e #elenão. Conforme Santos (2019, p. 428), a #elenão “[...] repudiava qualquer chance de um indivíduo, que classificavam como machista, misógino, racista, sexista e homofóbico, ser eleito presidente do Brasil”. A circulação da *hashtag* negativa foi uma forma de recusar o que era considerado uma possibilidade de implementação de um regime autoritário, sendo utilizada além do espaço da *internet*, como em adesivos de carros, na estampa de camisetas, botons, *outdoors* etc.

Criada em oposição à primeira enunciabilidade, como explicam Martins e Duarte (2020, p. 2), a #elesim foi uma “[...] forma de publicizar o apoio ao representante do PSL e às causas defendidas por ele. Durante esse período, foi notório o engajamento da sociedade em pautas de campanha nas redes sociais”. O encontro entre os dois posicionamentos foi marcado por discursos de ódio, ofensas e ameaças. Mais do que isso, nas palavras de Santos (2019, p. 430),

[...] o desafio morfológico adotado por tantos eleitores nas redes sociais visava impedir a promoção de hashtags na mesma medida com que se tornavam públicos depoimentos variados de medo ou manifestação de resistências. A contenda dividia opiniões, promovendo desgaste incomensurável dentro e fora da internet dado o ineditismo do tipo de embate travado por formações discursivas tão diferentes: o que sobrou da esquerda dilacerada versus a articulação do que se vendia como (nova) direita.

Os enunciados assinalados pelas #elesim e #elenão ficaram caracterizados pela divisão política e social construídas a partir do inconformismo de parte da população brasileira em ter um governante com características autoritárias ocupando o poder. Marcadas pelas diferenças de opiniões, as duas *tags* deflagraram a posição de usuários da rede em relação a diferentes pautas políticas, sociais, de direitos humanos e igualdade, em especial no que diz respeito a temas como: união homoafetiva, pena de morte, facilitação para o porte de armas, preconceito (racial, de gênero, religioso), direitos das mulheres e dos povos indígenas, preservação do meio ambiente, políticas públicas em prol de sujeitos minoritarizados⁸, bem como

⁸ O termo é usado a partir da concepção de que não existem sujeitos em minoria, mas sim colocados em tal situação, ou seja, eles “estão” e não “são” minorias. Faço esse emprego do termo após ter contato com os debates promovidos nas aulas da disciplina de *Letramentos, Discursos e Transculturalidades no Mundo Globalizado*, ministrada pela professora Nara Hiroko Takaki, no

sobre formação e valorização de professores enquanto instrumento eficaz à educação de qualidade.

Na esteira desses fenômenos, a emergência dos dizeres ordinários se torna fundamental ao meu trabalho, principalmente para compreender como os dizeres *descontínuos* têm movimentado sentidos no *Twitter*. Nas postagens sobre os professores, os enunciados mobilizam elementos do político e do social, produzindo uma história do presente. A partir dos primeiros movimentos analíticos, é possível ver, como pontuado ao longo deste trabalho, que as dizibilidades do hoje escancaram como problemas já existentes puderam piorar, a exemplo das desigualdades sociais intensificadas pela pandemia que, eventualmente, fazem sujeitos não ter acesso à *internet* para trabalho, estudo e, muito menos, para uso recreativo.

2.3 TRAJETOS TEMÁTICOS DO ARQUIVO AO CORPUS

No tratamento do *arquivo* deste trabalho, procuro estabelecer a emergência de práticas discursivas relacionadas à desvalorização de professores brasileiros, a partir de um olhar para acontecimentos que ocorreram após as eleições presidenciais de 2018, embora a precarização ocorra há tempos, como venho reiterando. Explico, aqui, como eu procedi a leitura do *arquivo* a partir de *trajetos temáticos*.

Como Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 170) destacam, “[...] o arquivo nunca é dado à priori, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. Assim, a noção é complexa devido às circunstâncias em que os acontecimentos se desenrolam no decorrer do tempo, bem como ao modo como estes são atravessados por questões políticas e sociais. Nessa ótica, o *arquivo* “[...] não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170).

Na busca pelo que se instala no interior das práticas discursivas sobre professores, a delimitação do *arquivo* foi atravessada pela multiplicidade de acontecimentos envolvidos. É a partir de uma primeira leitura do *arquivo*, composto de vários temas, que se torna possível definir o *corpus* a ser analisado.

Conforme Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 173),

[...] a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições teóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo do interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem.

No gesto inicial, eu me deparei com uma série de enunciados diversos, que se enlaçavam em aspecto comum: tematizavam questões a respeito aos professores, ou à universidade, à escola, ao ensino, entre outros domínios comuns à vida acadêmica.

Cabe destacar que as enunciabilidades em estudo não são organizadas ou selecionadas em ordem cronológica, porque não é relevante em uma análise discursiva *descontínua* a ordem dos fatos, mas como eles se interseccionam em suas micro circunstâncias e constroem sentidos na história. Na etapa de descrição e interpretação, eu acompanhava publicações de sites de notícias acerca dos professores – e, principalmente, permanecia atenta a como cada acontecimento repercutia no *Twitter*.

Com relação à produção técnica, nem todos os enunciados publicados no *Twitter* estavam, necessariamente, associados ao uso de alguma *hashtag* ou "em alta", ou seja, nos *Trending Topics*. Isso significa que os assuntos pertinentes ao meu trabalho nem sempre apareciam na *timeline* da rede social. Para encontrar os registros, recorri ao mecanismo de busca, em que eu inseria palavras-chave relacionadas aos acontecimentos a que eu assistia na mídia televisiva.

Mesmo não tendo me pautado pela repetibilidade de *hashtags* ou da formulação de *Trending Topics*, os resultados por palavras-chave me levavam a dizeres que se acumulavam em esfera comum: estavam relacionados ao sujeito-professor. Tal ferramenta abre um leque de possibilidades, pois, por mais que, em cada *timeline*, apareçam publicações individualizadas pela normatização do espaço,

o constructo técnico da rede social permite a realização de buscas e, na procura, por exemplo, por “corte ou contingenciamento”, eu encontrava uma rede de enunciados ligados, ao mesmo termo em comum. Enunciados cuja emergência não necessariamente decorria sob as circunstâncias similares.

Desse modo, realizei consultas em diferentes datas, sempre priorizando eventos ocorridos entre 2019 e 2020 – período estipulado para a pesquisa. A seguir, delineio como fui separando os resultados no decorrer da imersão em enunciabilidades que, por vezes, perpassavam ou não a realidade do sujeito-professor.

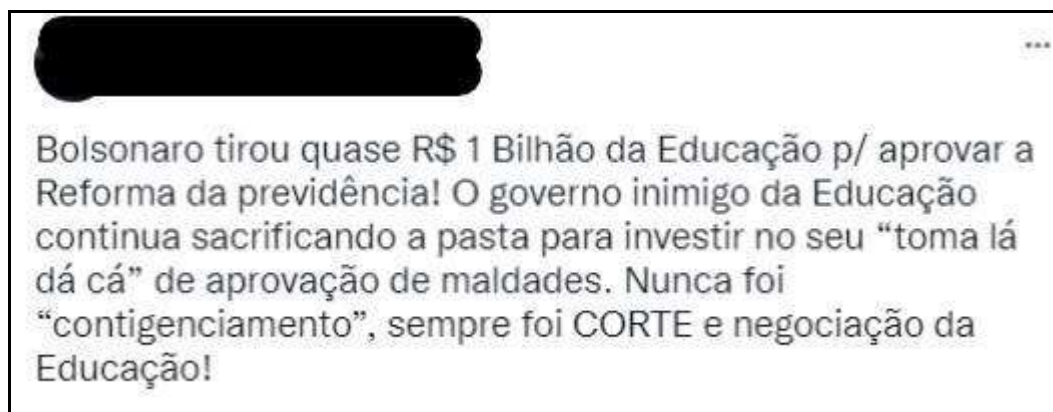
2.3.1 O corte/contingenciamento e a balbúrdia

Descrevo, primeiramente, o contexto de uma decisão tomada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub – que permaneceu no cargo pelo período de 8 de abril de 2019 a 20 de junho de 2020. Em abril de 2019, ele caracterizou a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) como locais de realização de “balbúrdia”. Utilizando a afirmação como justificativa, Weintraub bloqueou 30% dos investimentos orçamentários destinados às instituições, como já anunciado. Após a repercussão de notícias, outras universidades se mobilizaram em defesa da educação e, mais tarde, foi publicizada a aplicação do bloqueio em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras. O acontecimento ficou marcado pela crescente desvalorização da carreira docente e da formação de conhecimento, sobretudo nas universidades públicas.

Como já especificado, com as eleições de 2018 e, posteriormente, com o início de um novo governo, a disseminação de discursos em relação ao campo da educação e aos professores resultou em materialidades com *efeitos de verdade* (FOUCAULT, 2019), isto é, de sentidos construídos como verdadeiros. Na busca por “corte ou contingenciamento” no *Twitter*, deparei-me com três regularidades discursivas: a disputa entre os significantes “corte” e “contingenciamento” (Figura 3); a repercussão estudantil contra tais cortes (Figura 4); e as críticas aos profissionais posicionados contra os cortes (Figura 5). Na explicitação desse processo, destaco

apenas um exemplo de cada enunciabilidade, embora as amostras sejam representativas do que é regular nas materialidades encontradas.

Figura 3 – Disputa entre as formulações “corte” e “contingenciamento”



Fonte: Print realizado pela autora em: 03 abr. 2020.

O significado das formulações corte/contingenciamento é importante porque, com elas, situa-se, de um lado, a prática fruto de autoritarismo, de outro, uma medida administrativa de governo. O embate entre o uso dos dois termos retoma, inclusive, a historicidade das eleições de 2018, evento marcado pelo acirramento político nos *espaços enunciativos informatizados*, como o confronto entre as #elesim e #elenão.

Contando que boa parte dos apoiadores do governo eleito são os mesmos adeptos da “#elesim, do termo “contingenciamento”, e que os sujeitos contrários ao mesmo governo são os usuários da “#elenão” e de “corte”, vejo um efeito de equivalência de sentidos em acontecimentos que se (re)atualizam discursivamente.

A partir da Figura 4, explico mais detalhadamente como a referida disputa se formou nas redes.

Figura 4 – Corte ou contingenciamento



Fonte: Print realizado pela autora em: 17 fev. 2021.

Na Figura 4, a entrevista⁹ veiculada pelo *Portal G1* mostra a justificativa do ministro em não aceitar o uso do termo “corte”. Na circunstância, segundo Weintraub:

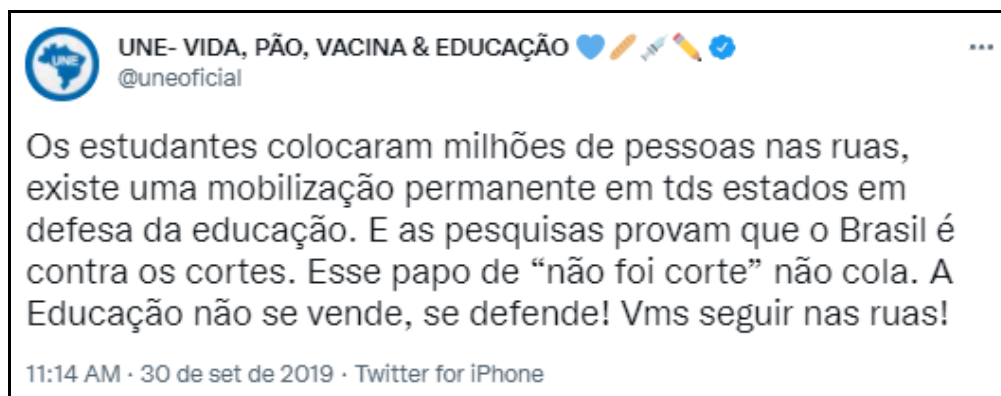
Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento – e nem é 'recuperar' porque estamos em um marasmo a perder de vista – mas se tivermos crescimento econômico com a aprovação da nova Previdência, é só o que falta.

Em contrapartida, os sujeitos contrários às decisões do governo e, portanto, a favor dos investimentos na educação, defenderam que o termo “contingenciamento” causa um efeito capaz de amenizar a seriedade do acontecimento, tendo em vista a quantidade de alunos e pesquisadores afetados pelo corte. Assim, embates em torno do emprego de “corte” e “contingenciamento” passaram a figurar no *Twitter*, em enunciados da ordem do ordinário.

Além disso, em várias ruas do país manifestantes se mobilizaram a favor da educação, como se pode observar no segundo enunciado em destaque nos resultados obtidos pela busca “corte ou contingenciamento”.

⁹ Conteúdo disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/07/nao-ha-corte-ha-contingenciamento-diz-ministro-da-educacao-sobre-orcamento-das-universidades-federais.ghtml>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

Figura 5 – Manifestações estudantis contra o corte

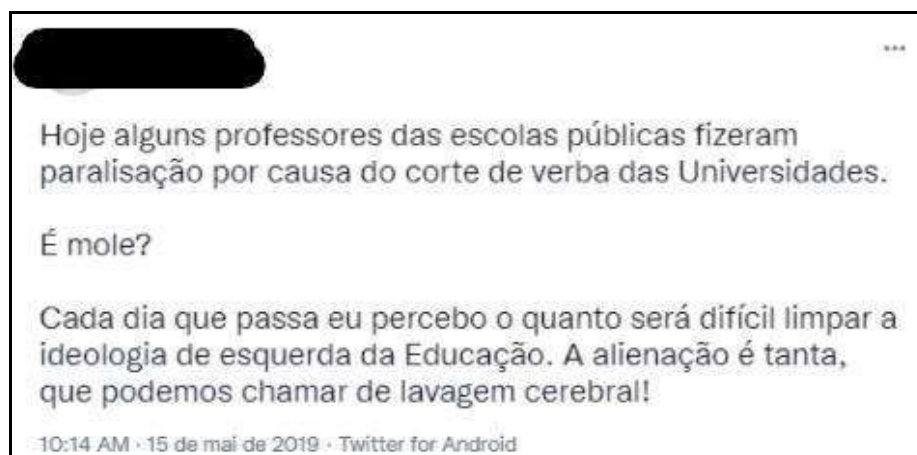


Fonte: Print realizado pela autora em: 24 nov. 2020.

Na Figura 5, destaco um post que retrata a indignação da comunidade acadêmica diante de uma luta travada, há décadas, em função dos altos e baixos que a educação brasileira já enfrentou. Como Foucault (2014a) explica, a produção de discursos considerados válidos é controlada por um regime de interdições, ou seja, nem tudo pode ser dito em qualquer momento. À luz desse pressuposto, entendo que os ditos e não-ditos de uma época se tornam um reflexo do que é condicionado como o verdadeiro em determinada sociedade. Logo, as vontades de verdade podem ser definidas por saberes vigentes ao momento, as quais são regulamentadas por poderes, regimes, práticas e regras envolvidas em um dispositivo.

Na Figura 6, mostro a crítica aos profissionais da educação posicionados contra o corte, em dizibilidades que os associam ao posicionamento político “de esquerda”, de quem quer “derrubar o governo”, além de estarem sob “lavagem cerebral”.

Figura 6 – Críticas aos profissionais contrários ao corte



Fonte: Print realizado pela autora em: 15 jan. 2021.

Já ao buscar pelo termo “balbúrdia” no *Twitter*, observei que o vocábulo repercutiu, também, em constantes confrontos no ambiente digital, aumentando mais ainda a rachadura na sociedade em relação aos ideais políticos. O termo emergiu nas redes após uma entrevista de Abraham Weintraub ao Jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰ – circunstância na qual é relatada a fala do funcionário do governo com a seguinte declaração do ministro: “[...] universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, além de mais uma observação: “se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba”.

O enunciado acerca da relação entre balbúrdia e a prática de cortes não é embasado em elementos suficientes que permitam identificar se o que se refere como representação de festa ocorre na universidade ou em situação de aula. A cena propicia, entretanto, o estabelecimento de uma equivalência: “universidades promovendo balbúrdia = verba cortada”. A partir da sistematização dessa ideia, o corte é justificado pelo representante do governo como medida de proteção necessária, em função dos alunos que “fazem balbúrdia na universidade”.

Na Figura 7, a postagem faz alusão ao fortalecimento de um novo significado atribuído ao termo “balbúrdia”.

¹⁰ Entrevista disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Figura 7 – Efeitos de sentido para “balbúrdia



Fonte: Print realizado pela autora em: 03 abr. 2020.

No exemplo apresentado na Figura 7, como se pode ver, diferentemente do que acontece na disputa entre “corte” X “contingenciamento”, os sujeitos operam com a mesma formulação, citando a fala do ministro sobre a existência de “balbúrdia” nas IES públicas, mas, aqui, recorrem à ironia como estratégia discursiva de enfrentamento em meio à pandemia do *coronavírus*. O post é parte do engajamento de sujeitos em prol da valorização da educação brasileira.

2.3.2 Trajetos relacionados aos professores

Com o desenvolvimento da pesquisa, continuei atenta aos discursos em circulação pela mídia e pelos *espaços enunciativos informatizados*. No Quadro 2, destaco um exemplo de como cada trajeto foi mobilizado no *Twitter*, sendo todos atravessados pela questão da carreira docente em algum aspecto. Parte dos enunciados dispostos, a seguir, constituem o *corpus* e será analisada no capítulo 3 desta dissertação, que é o teórico-analítico.

Quadro 2 – Trajetos temáticos

Professores denominados como “zebras gordas”
Possibilidade de privatização das universidades públicas

Descentralização de investimentos em Ciências Humanas
Afirmação de que “universidade não é para todos”
Professores denominados como “doutrinadores”
Resistência a favor dos professores
Posicionamentos favoráveis às escolas cívico-militares
Professores demitidos na pandemia
Professores trabalham demais na pandemia
Professores “não trabalham” na pandemia
Movimento antivacina e anticientificidade

Fonte: Quadro produzido pela autora em: 28 nov. 2021.

É apenas a partir da leitura desse *arquivo* que passo à etapa de estabelecimento de um *corpus*. Tal leitura é estabelecida a partir de uma relação entre o linguístico, o histórico, o social e o político, sendo no interior dessas questões que é possível delinear um acontecimento a ser analisado a partir de práticas discursivas. Trata-se, então, de uma análise de práticas que se confrontam e se conectam com o político devido à relação com o social, sendo, especificamente, discursos de diversas ordens que constroem a imagem do professor desvalorizado nos dias de hoje.

2.4 LEGITIMIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-CIÊNCIA-INSTITUIÇÃO

Não é recente o fato de professores serem desvalorizados no Brasil. É algo que crescemos sabendo, uma questão cultural. Levando em consideração as SEs analisadas neste trabalho, fica em evidência que ser professor, hoje, é visto como se fosse quase um fracasso por uma camada da sociedade. Como Geraldi (2013, p. 2) destaca, a crise na educação já ganhou espaço na mídia e “[...] não mais como acontecimentos extraordinários, mas como emergência de acontecimentos cotidianos”. Quando eu ainda era acadêmica no curso de Jornalismo, cansei de ouvir nos corredores da universidade falas parecidas com: “quem não sabe fazer jornalismo de verdade, vai para a sala de aula”. Na época, ao escutar enunciados similares, eu me perguntava se isso significava que todos aqueles que dedicaram suas carreiras a nos ensinar e formar seriam incompetentes.

A exemplo do que ocorre no Brasil em relação a tal ideia de desvalorização docente, destaco uma manchete de 2020, que aborda a situação dos professores brasileiros na atualidade. Na Figura 8, o texto explicita que “Brasil é o país com menor valorização dos professores”, conforme uma pesquisa internacional. O estudo “Global Teacher Status Index 2018” foi divulgado pela Varkey Foundation¹¹ e o levantamento foi realizado em 35 países. O Brasil ficou na última posição do *ranking*, sendo colocado como o país que menos valoriza os professores.

Figura 8 – *Ranking* de desvalorização de professores



Fonte: Print realizado pela autora em: 10 set. 2021.

¹¹ A pesquisa está disponível em: <<https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-n%C3%B3s-fazemos/pesquisa/%C3%ADndice-global-de-status-do-professor>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Na Figura 8, o título printado aponta que, entre os motivos para um baixo status da docência, estão os salários, muitas vezes baixos – o que se mostrou equivalente ao nível de respeito e admiração que professores recebem. Para pensar acerca desse efeito de desvalorização, traço aqui alguns pontos que me parecem importantes sobre a naturalização do que circula em discursos cotidianos. A carreira é atravessada por instituições de trabalho, pela ciência, pelos questionamentos sobre a cientificidade e legitimidade. Além das influências do poder, como lembra Orlandi (2007, p. 8), “[...] não há possibilidade de se ter uma língua que não seja afetada desde sempre pelo político”. Sistema que, através das regras sociais e institucionais, possui a autoridade de determinar os caminhos da educação.

E, na circunstância de emergência desta dissertação, há, além do mencionado antes, outras questões atravessando o imaginário em torno de elementos ligados à profissão. Entre elas, estão a colonização dos modos de pensar a ciência, o desmonte da educação¹² intensificado pelo governo eleito em 2018, além da pandemia do novo coronavírus¹³, que acarretou em uma crescente cobrança e em questionamentos sobre a classe docente brasileira. Problematicar a colonização da ciência é pensar sobre as relações de poder que definem o que é válido como científico ou não. Entender quais práticas deram lugar a determinadas positivities é um caminho para compreender as verdades que nos regem. Nas palavras de Foucault (2020, p. 224), “[...] deveremos mostrar, então, como a prática discursiva que deu lugar a tal positividade funcionou entre outras práticas que podiam ser de ordem discursiva, mas também de ordem política ou econômica”.

Para Orlandi (1996), há um sistema de regras que fez com que as instituições de ensino se tornassem locais de produção de homogeneidade – levando os professores a (re)produzirem um discurso com efeito autoritário. A automatização do ensino – em uma dinâmica que preza saber o que é estudado, mas, não necessariamente, saber aplicar o aprendizado – acarreta em efeitos sociais, os quais influenciam na estrutura de vida e trabalho das pessoas de um local. Ao estabelecer

¹² A exemplo dos cortes de verbas, discursos de desvalorização e ataque às ciências, movimentos que enfraquecem os avanços na pasta da educação. Informação disponível em: <<https://cjt.ufmg.br/2019/05/09/desmonte-da-educacao-a-anti-intelectualismo-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

¹³ Acontecimento que contextualizo com mais detalhes no tópico 1.4.

um determinado conhecimento como legítimo, exclui-se outros tão importantes quanto, e “[...] assim, se constrói o *saber devido*, o *saber útil* (vale perguntar: para quem?)” (ORLANDI, 1996, p. 30). Entretanto, é esse discurso científico que causa exclusões, por ser um recorte realizado a partir da posição de determinados sujeitos, os detentores de poder.

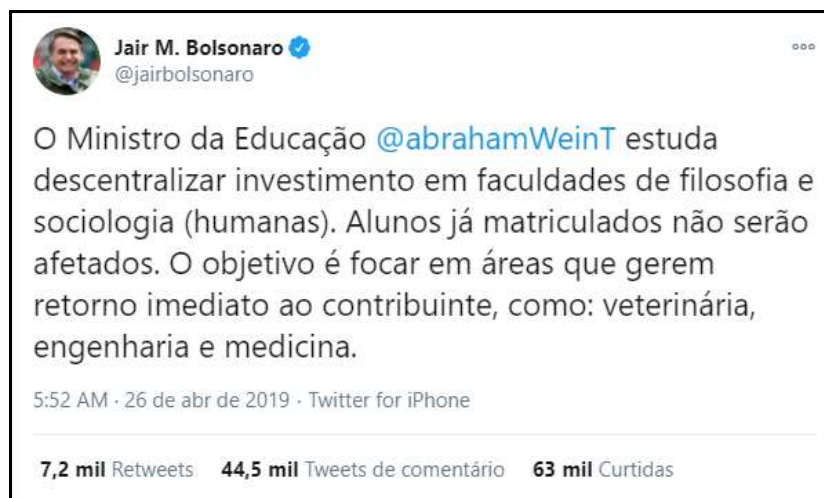
De acordo com a autora, a marca do autoritarismo no discurso pedagógico é o reflexo da institucionalização das relações de ensino. Nesse sentido, é possível pensar no ambiente de trabalho docente como um local de construção de discursos verdadeiros (FOUCAULT, 2014a), sendo a escola e a universidade ambientes permissivos, ou seja, o diploma é o que garante a liberdade para que seja possível se apropriar de determinados conhecimentos e espaços.

Ainda em diálogo com Orlandi (1996), lembro que o espaço acadêmico não precisa ser um local privilegiado de construção e apropriação de conhecimentos. Além disso, na esfera acadêmica institucionalizada, fica difícil para o professor se desprender das amarras preestabelecidas. Então, o discurso pedagógico, “[...] sendo um discurso institucional, reflete relações institucionais das quais faz parte; se essas relações são autoritárias, ele será autoritário” (ORLANDI, 1996, p. 37). Os próprios professores precisam de um gesto revolucionário para ir de encontro às regras criadas, de uma forma em que não reproduzam interdições impostas pelas regras acadêmicas.

Isso não significa que o saber científico seja totalmente autoritário e que deva ser descartado, mas que é preciso desestabilizar alguns efeitos de verdade cristalizados e repetidos ao longo da história, trazendo às ciências uma liberdade criativa não tão homogênea e dócil (FOUCAULT, 2014b).

A partir do recorte teórico-metodológico realizado, percebo que não há como desvincular os sentidos entre professores, ciência e instituições. Se o ataque vai a um, os outros campos acabam afetados. Entre as hostilidades voltadas à educação, houve a desqualificação da área de conhecimento das Ciências Humanas. A exemplo, trago outra figura de um contexto em que o discurso político aciona seu dispositivo de poder, construindo sentidos de naturalização a respeito do desvio de dinheiro de uma área de conhecimento à outra, que é vista como “prioritária”.

Figura 9 – Desvalorização dos conhecimentos de Humanas



Fonte: Print realizado pela autora em: 25 jun. 2020.

A partir da fala, na Figura 9, sobre “descentralizar investimentos em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)” para “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”, é possível ver que o representante maior do governo brasileiro desmerece, colocando em situação inferiorizada, os conhecimentos que promovem e impulsionam o pensamento crítico, por meio de estudos de cunho social. Além disso, a postagem passa uma ideia de que uma área pode ser mais importante que outra.

É pensando na situação de desvalorização docente, no que tange às questões de institucionalização e legitimação do saber no campo das Ciências Humanas que ressalto, com base em Orlandi (2019, p. 140), o acontecimento relativamente recente da formalização da Linguística, o qual exigiu uma busca em “[...] tornar formal algo considerado ‘subjetivo’; tornar, então, palpável, visível, perceptível, através de papéis, documentos e outros procedimentos formais”. A constituição de cientificidade foi bem-sucedida no auge do Estruturalismo, entretanto foi concomitante e sucedida por questionamentos por ser uma ciência de Humanas.

Em uma lógica de poder capitalista, não é surpresa que áreas consideradas de “retorno imediato” e interpretadas como mais úteis – ou seja, palpáveis em termos financeiros – passem a ter mais importância. O enunciado situa áreas de Biológicas e Exatas enquanto mais necessárias que as demais. Aliás, em nossa formação social capitalista, tem sido recorrente a ideia de que um curso/formação precise dar

resultado, dinheiro, lucro. O que chama a atenção na postagem é que, enquanto posição de senso comum, um sentido de formação/escola/universidade em que se focaliza apenas o mercado vai contra o próprio conceito de educação estabelecido na Constituição Federal da República Federativa do Brasil¹⁴ e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁵.

No Quadro 3, a seguir, destaco alguns dizeres publicados, em resposta ao enunciado da Figura 9, que materializam a ideia de que conhecimentos da área de Humanas não seriam sérios ou válidos. É reforçado o efeito de existência de um financiamento de “baderneiros e drogados”, formando “cabeças doutrinadas e inúteis para a sociedade” nos ambientes de produção científica, sobretudo do campo de conhecimento em questão.

¹⁴ No Art. 205, a educação é concebida como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 37).

¹⁵ No Art. 1º, da LDB, a educação é definida como conceito que “[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 7).

Quadro 3 – Ciências Humanas que não geram resultado financeiro

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro - 26 de abr de 2019 O Ministro da Educação @abrahamwein7 estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. 19,2 mil 11,7 mil 63 mil Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro Em resposta a @jairbolsonaro A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.	Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro - 26 de abr de 2019 O Ministro da Educação @abrahamwein7 estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. 19,2 mil 11,7 mil 63 mil [Redacted] Em resposta a @jairbolsonaro e @AbrahamWein7 Bingo! É inadmissível que continuemos a Financiar esses Bademeiros e Drogados dentro das Universidades! Se querem Profissionalizar em Defecar e Urinar nas Ruas, destruir Patrimônios e Igrejas, e enaltecer o C*, que pague por isto. Universidade não é Boteco! 🇧🇷🇧🇷	Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro - 26 de abr de 2019 O Ministro da Educação @abrahamwein7 estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. 19,2 mil 11,7 mil 63 mil [Redacted] Em resposta a @jairbolsonaro e @AbrahamWein7 Decisão ótima, presidente!!! Esses cursos q teoricamente servem para formar "pensadores", mas na verdade só formam cabeças doutrinadas e inúteis para a sociedade. O Brasil não precisa de gente assim! Vamos focar em cursos q fazem diferença!!!
---	---	---

Fonte: Quadro produzido pela autora em: 28 nov. 2021.

No percurso deste trabalho, escolhi retomar acontecimentos recentes, partindo do corte de verbas destinados à educação em 2019, identificando as práticas que construíram sentidos no período de implementação de um novo governo, o qual se posiciona em formação de ataque à educação e aos professores.

Se fosse me estender à história, caberia aqui discutir sobre a fundação da educação brasileira, perpassando pelo ensino de caráter catequético dos jesuítas, pela estruturação de uma escola régia e colonial portuguesa de Pombal. Depois, poderia trilhar a criação das primeiras escolas de Ensino Superior, as preocupações com a formação de professores apenas a partir de 1800, o movimento da Escola Nova em 1920, a primeira LDB em 1961, sem contar o acontecimento de duas ditaduras no século XX, a de 1930 e a de 1964¹⁶.

O que tento explicitar ao fazer referência à história da educação brasileira é que certos acontecimentos em torno dos professores vêm de um passado distante. Há inúmeras notícias sobre a banalidade do ensino e a desvalorização de docentes. Entre elas, trago exemplos de materialidades que constituem o *corpus* do trabalho para visibilizar a influência de alguns deles. Ainda na instância dos discursos políticos, cabe lembrar, ainda, a fala do Ministro da Educação Milton Ribeiro – empossado em 16 julho de 2020, ocupando o cargo até a data de escrita desta dissertação – em entrevista¹⁷ ao jornal Estadão: “Hoje ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”.

Outrossim, na época dos primeiros cortes de verbas da educação, em 2019, surgiram dois enunciados que influenciaram diretamente na delimitação do recorte desta pesquisa, como já mencionei: a desqualificação das universidades públicas como locais de “balbúrdia” e professores sendo chamados de “zebras gordas” (como se “custassem” caro ao Estado)¹⁸.

¹⁶ Geraldi (2013) fala mais sobre as problemáticas do período no livro *Portos de Passagem*.

¹⁷ Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>>. Acesso em: 25 set. 2020.

¹⁸ Eu me detenho mais sobre enunciados referentes às formulações “balbúrdia” e “zebras gordas” no início do capítulo 3, que é teórico-analítico.

Figura 10 – Professores universitários enquanto “zebras gordas”



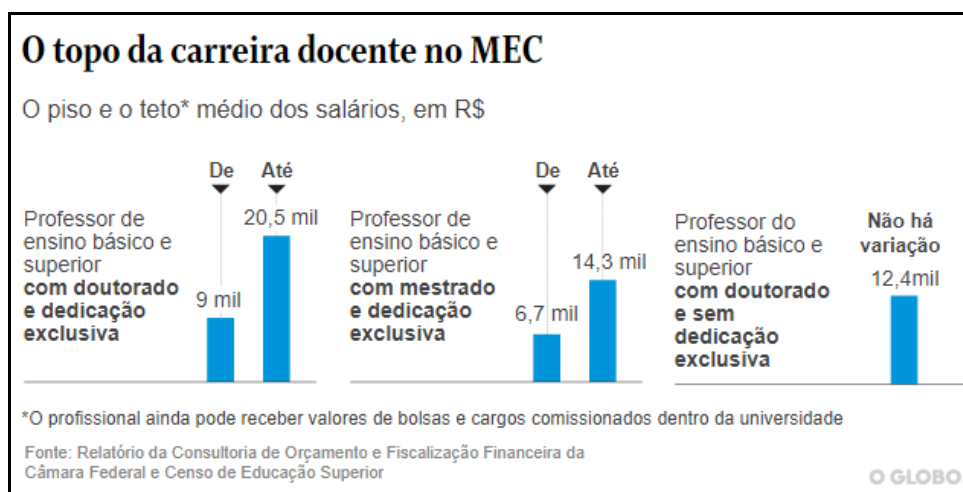
Fonte: Print realizado pela autora em: 24 nov. 2020.

A Figura 10 explicita a incoerência no discurso do governo sobre o salário de professores universitários com a sugestão de que sejam muito altos. Ao contrário do que o texto midiático difunde, os docentes precisam cumprir, a depender do regime de trabalho do servidor – 20 horas-aula semanais (T20), 40 horas-aula semanais (T40) ou DE – Dedicação Exclusiva. Para o pleno exercício docente, ainda é necessário, sem contar a carga horária em sala, a essencial preparação das aulas, o desenvolvimento de outras atividades docentes, que incluem elaboração e correção de avaliações, acompanhamento de estudantes etc. Conforme o serviço público prestado, também é exigido do profissional a atualização constante em cursos de formação continuada.

Além do que já foi exposto, algumas ações não são necessariamente obrigatórias, como orientar alunos na graduação e pós-graduação (*lato e/ou stricto sensu*), organizar e acompanhar de perto os projetos de extensão, bem como exercer cargos administrativos, além de pesquisar, escrever e publicar seus respectivos trabalhos. Mesmo as últimas atividades mencionadas não sendo obrigatórias, estão entre os pilares constitutivos de uma universidade, a saber: ensino, pesquisa e extensão.

Apesar de toda demanda inerente à profissão, o ministro afirma que vai “atrás da zebra gorda, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês”¹⁹. A mensagem do ministro é um exemplo dos efeitos de verdade que circulam em uma sociedade que desvaloriza professores.

Figura 11 – Estimativa de salário de professores



Fonte: Print da notícia veiculada em O Globo, realizado pela autora em: 24. nov. 2020.

Na mesma matéria, referente à Figura 11, realizada pelo jornal *O Globo*, é mostrado um quadro do Relatório da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Federal e Censo de Educação Superior, explicando que nem todos os professores recebem o salário citado por Weintraub. E, além disso, esclarecendo que o pagamento a cada docente é estipulado conforme o acúmulo de especializações realizadas ao longo da carreira.

Recorro às figuras mencionadas para reforçar que existem práticas em diferentes direções sobre a legitimidade, os professores, a ciência e as próprias instituições. Quando se trata de pensar em reconhecimento, levo em consideração a questão da linguagem, constitutiva à produção de saberes, trocas, desenvolvimento e experiências de qualquer sujeito em uma sociedade. Para Geraldi (2013, p. 4),

¹⁹ A notícia está disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/zebras-gordas-de-weintraub-professores-universitarios-que-ganham-teto-sao-minoria-24000307>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

[...] ela é condição *sine qua non* na compreensão de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; de que ela é ainda a mais usual forma de encontros, desencontros e confrontos de posições, porque é por ela que estas posições se tornam públicas, é crucial dar à linguagem o relevo que de fato tem: não se trata evidentemente de confinar a questão do ensino de língua portuguesa à linguagem, mas trata-se da necessidade de pensá-lo à luz da linguagem.

O discurso, enquanto algo que se materializa por meio da linguagem, é constitutivo na construção da história e das verdades vigentes em uma época específica. É a partir dela que se dão as trocas simbólicas e os sentidos se cristalizam. Logo, ainda em diálogo com as ideias de Geraldi (2013, p. 7), é possível entender que a linguagem enquanto um acontecimento, no sentido discursivo, pode ser pensada em relação a eixos como “[...] a historicidade da linguagem, o sujeito e suas atividades linguísticas e o contexto social das interações verbais”. Nessa ótica, saliento que a prática da carreira docente tem relação direta com a construção de sentidos no ambiente escolar e acadêmico sobre assuntos diversos, além da possibilidade de acesso e da relação de troca com estudantes de novas gerações.

Vivenciar o e assistir ao desmonte da educação brasileira na atualidade me mobiliza mais ainda a tentar desestabilizar efeitos de verdade que podem anular subjetividades e o senso crítico – capazes também de definir o rumo da história da educação e da carreira docente. Entendendo a noção de ciência como uma construção de discursos distintos, concordo com Possenti (2009) sobre a importância de refletir a respeito dela com menos simplificação, sem colocá-la em uma posição de endeusamento ou de total desvalorização.

No interior dos debates promovidos no âmbito do Grupo de Pesquisas SuDiC, temos destacado que existe a necessidade, atualmente, de um exercício de autocrítica dentro das universidades, bem como a aproximação desse universo com a sociedade. Enquanto cientistas e professores se fecham, em alguns momentos, produzindo ciência e conversando apenas entre os pares, há um esquecimento em relação à comunidade externa. Um contato maior e a instauração de troca de experiências mais concretas, provavelmente, poderia aproximar realidades distintas, diminuindo algumas incompreensões.

Afirmo isso justamente por causa dos questionamentos acerca do que é científico ou não. Os enunciados que “colocam em xeque” a cientificidade da área de Humanas, o valor do trabalho de professores, inclusive a veracidade da própria AD enquanto ciência – principalmente dentro da academia – partem não apenas das falas de políticos, mas circulam entre sujeitos ordinários cotidianamente.

Em tal cenário, entende-se que regras foram criadas e instituídas para se qualificar algo como científico. Na ordem do discurso, portanto, o científico, enquanto uma refração da vontade de verdade e de saber dos sujeitos de uma época, como mostra Foucault (2014a), pode ser reconduzida por caminhos distintos, conforme um conjunto de práticas de aplicação dos saberes. Sendo assim, parece-me que, se pensarmos na vontade de verdade, na atual conjuntura social e política do Brasil, enquanto direcionada ao desmonte das instituições e da hiper desvalorização da profissão docente, podemos, então, entender tal processo como mais uma forma de interdição de determinados saberes.

Todas as questões levantadas neste capítulo são motivadoras do recorte realizado no trabalho, orientando a leitura do *arquivo* mobilizado, bem como a escolha e o manuseio dos discursos que compõem o *corpus*, uma vez que ele decorre da “[...] análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (FOUCAULT, 2020, p. 111). Em tal dinâmica, o enunciado é regido por regras de existência, por *condições de possibilidade*. Existe uma relação singular que coordena seu aparecimento, então, por mais que uma mesma frase seja repetida, não necessariamente constitui o mesmo enunciado, levando em conta que suas condições de existência se alteram.

Ao problematizar sobre como se constitui um enunciado, Foucault (2020, p. 97) faz uma série de questionamentos,

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizam como frase, ou, ainda, à que os ‘analistas’ tentam demarcar sob o título *speech act*? Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis

os problemas que colocam, tão penosos, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa?

A noção de enunciado é complexa, mas o autor explica que consiste não em algo concreto e definido. Logo, é preciso o cuidado na hora de estabelecer relações entre os enunciados, tendo em vista que não se deve analisá-los a partir da ideia de que um seja criador ou originário dos demais, mas por ser uma função vertical “[...] em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não” (FOUCAULT, 2020, p. 105).

O que é possível para a análise é estabelecer as regularidades e definir conjuntos de enunciados em coexistência, organizando-os em sequências. As chamadas SEs que representam o *corpus* deste estudo se constituem a partir de elementos linguístico-discursivos que se findam em determinadas formulações enunciativas. No próximo capítulo, começo o movimento teórico-analítico dessas SEs que, em função das *condições de possibilidade* do meu objeto de pesquisa, foram selecionadas e organizadas em três eixos principais: 1 professores doutrinadores; 2 ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa; 3 professores não trabalham.

3. A DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE PROFESSORES NO TWITTER

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em relação aos próximos passos, recorro às palavras de Foucault (2020, p. 26) para explicitar que

[...] é preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos.

Antes de desestabilizar o agrupamento de acontecimentos que permanecem na familiaridade, lembro que as premissas necessárias para o recorte analítico foram baseadas na busca por enunciabilidades relacionadas aos docentes, em circulação no *Twitter*, nos anos de 2019 e 2020. Como já anunciado na introdução, a análise é voltada especificamente aos dizeres que, de alguma forma, são exemplares do seguinte funcionamento: a construção de um *regime de verdades* sobre professores na atualidade.

Em relação à ideia de desestabilização, de “fazer estruturas tremerem”, reitero que o próprio exercício de pensar à luz da AD sobre o fato em questão já constitui parte do percurso teórico, em que se estabelece o momento de descrição e interpretação. Os dispositivos analítico e teórico que aciono são influenciados por minha posição-sujeito enquanto pesquisadora. Como afirma Orlandi (2001, p. 37), “[...] estabelece-se assim o diálogo do analista de discurso com a produção sobre o conhecimento da linguagem dimensionando a teoria do discurso”. Assim, a própria leitura e escolha por determinado acontecimento já constitui um *gesto de interpretação* e o início da constituição de um *corpus*.

Levando em consideração que, na AD, o objeto é teórico-metodológico e teórico-analítico, a articulação é realizada de um modo em que, a partir das primeiras leituras do *arquivo* e, posteriormente, da descrição e interpretação do

corpus, é que se torna possível pensar o aporte teórico mais adequado. Por isso, no vai e vem do gesto analítico, percebi que novas questões surgiam conforme as reflexões se desenvolviam. Baseando-me nas palavras de Foucault, proferidas em entrevista²⁰ realizada na Universidade Católica de Louvain, em 1981, destaco como vi, em minha própria pesquisa, que “[...] o fio condutor só pode ser identificado quando terminamos, ou seja, quando se para de escrever”. Assim, foi necessário que eu chegasse ao fim da análise para compreender a complexidade do *corpus* em manuseio e realizar, então, um retorno ao referencial, incluindo novos conceitos e movimentos analíticos exigidos pelo material mobilizado.

Ao final do ciclo descrito, as SEs foram separadas conforme cada acontecimento discursivo se desenrolou, observando as relações com o sistema político e a repercussão dos *discursos ordinários* no *Twitter*. Para propor a desestabilização de evidências e poder levantar questões, é que estabeleci, no processo de descrição e interpretação, a diferença já mencionada entre os feixes de acontecimentos.

3.2 REGIME DE VERDADES SOBRE PROFESSORES

Ao analisar as práticas discursivas sobre professores brasileiros, eu me deparei com enunciados caracterizando-os como “doutrinadores”, “sujeitos que não trabalham” e como profissionais que não “conseguiram fazer outra coisa”. Para o estabelecimento de tais relações, primeiramente, eu me detenho na *acontecimentalização* (FOUCAULT, 2006a). Noção que me permite sacudir a quietude normalizante e colocar em evidência algumas práticas naturalizadas, a partir de uma desmultiplicação causal, processo pelo qual é possível definir uma rede de conexões e estratégias que podem funcionar como “[...] evidência, universalidade, necessidade” (FOUCAULT, 2006a, p. 339). Ou seja, é a partir da *acontecimentalização* que emergem os saberes que podem ganhar estatuto de legitimidade e verdade, conforme os jogos de poder em exercício.

²⁰ A entrevista está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yO_F4IH-VqM>. Acesso em: 29 nov. 2021.

3.2.1 Professores doutrinadores

A primeira descrição dos enunciados é voltada à discursivização relacionada com sentidos sobre professores serem “doutrinadores”. Destaco, inicialmente, que a noção de “doutrinação” diferencia-se da de “ensino”. O dicionário de língua portuguesa de Ximenes (2001, p. 343) conceitua a palavra ensino como:

[...] 1. Ação ou efeito de ensinar. 2. Transmissão de conhecimentos. 3. Conjunto de métodos usados para ensinar alguém. 4. Educação”. Enquanto doutrina é referente ao “[...] 1. Conjunto de princípios, dogmas, etc., em que se baseia um sistema religioso, político, etc. 2. Instrução cristã. 3. Ensino. 4. Opinião (XIMENES, 2001, p. 343).

No verbete, quando se faz referência à doutrinação ou ao ensino, trata-se de pontos distintos, sendo necessário atenção no tratamento dos termos. A noção de doutrinação é muito mais voltada ao dogma e aos aspectos que envolvem o âmbito da vida pessoal, religiosa e privada dos sujeitos. Já o ensino, propriamente dito, pode ser entendido como a prática ligada à produção de conhecimentos, principalmente da educação.

Uma diferenciação como a anterior se faz importante para compreender as condições de existência de enunciados em que se caracteriza professores, como “doutrinadores”, os quais são recorrentemente associados à política de esquerda, pelo governo federal vigente, sendo denominados, também, como comunistas e socialistas. Além disso, existem polêmicas quanto à abordagem de assuntos relacionados à política, a gênero e sexualidade em escolas e universidades.

Assim, situo a *acontecimentalização* em que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, inflama, por meio de sua conta do *Twitter*, a circulação de sentidos reforçando uma perseguição aos professores “doutrinadores”. Na circunstância, ele compartilha o vídeo de uma filmagem produzida por estudante que atribui à professora a prática de “doutrinação de esquerda” em sala de aula. Na gravação, é demonstrado, sem elementos do contexto, a professora tecendo críticas a Olavo de Carvalho²¹. No vídeo-denúncia, a aluna acusa a professora de não cumprir sua

²¹ Olavo de Carvalho, autoproclamado filósofo e conhecido por ser um conselheiro de Jair Bolsonaro, inspirou muitas ideias conservadoras do governo. Mais informações disponíveis em:

função – dar aula de gramática – e de utilizar 25 minutos da aula para expor uma opinião política partidária, justificando que pagou por um serviço que não foi entregue. A estudante ainda ameaça gravar todas as aulas subsequentes como forma de coagir uma mudança de comportamento da profissional de educação.

O conteúdo do vídeo compartilhado pelo presidente retoma sentidos oriundos de um imaginário que emerge do senso comum de que o sujeito-professor não deve expor temas que se associam à sua subjetividade, a exemplo de uma posição vinculada à política. A intimidação que parte da aluna é manifestada produzindo o seguinte sentido: professora demonstrar posicionamento político X = merece ser filmada e exposta para não repetir tal conduta. No interior do acontecimento, é possível relacionar a ameaça de filmagem à professora como um dizer afinado às pautas do governo vigente, o qual incentiva, sob tais moldes, a perseguição e *disciplinarização* de professores denominados como “doutrinadores”.

Atravessando tal acontecimento, houve o pronunciamento do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmando, em entrevista²² ao Estadão, que “[...] filmar professores em sala de aula é um direito dos alunos”. Além disso, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, se posicionou sobre a criação de um canal do governo federal para que fosse possível denunciar professores que atentem “[...] contra a moral, a religião e a ética da família”²³.

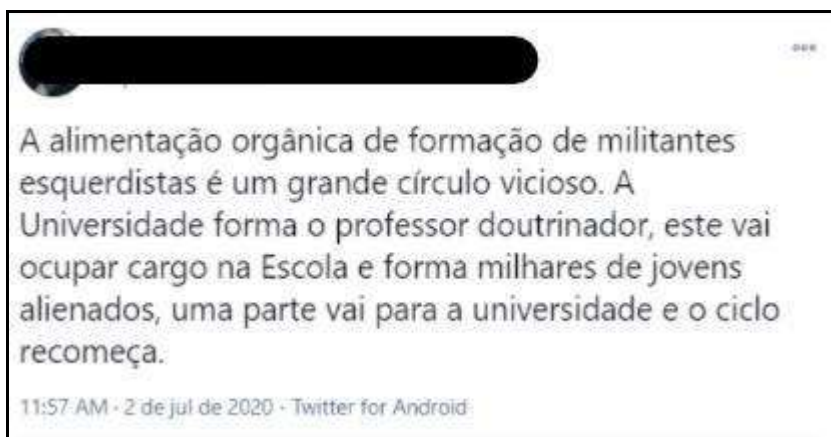
Diante dessas *condições de possibilidade*, destaco que, no conjunto de dizeres no *Twitter*, os enunciados acerca da temática são marcados por *regularidade* principalmente na relação estabelecida com o *conservadorismo* (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016), com a negação aos fatos históricos e com a *disciplinarização* que vigia e pune o sujeito-professor. Na SE 1, destaco uma amostra dos discursos relacionados à formação do “professor doutrinador”.

<<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-17/quem-e-olavo-de-carvalho-protagonista-de-polemicas-do-governo-bolsonaro.html>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

²² Matéria disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos,70002808189>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

²³ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/damares-anuncia-canal-para-denunciar-professores-por-atos-contr-a-familia/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SE 1 – “Formação de professores doutrinadores”



Fonte: Print realizado pela autora em: 24. nov. 2020.

No dizer da SE 2, é atribuída a existência, em ambientes escolares e universitários, de “alimentação orgânica de formação de militantes esquerdistas”, acrescentando que “a Universidade forma o professor doutrinador, este vai ocupar cargo na escola e forma milhares de jovens alienados, uma parte vai para a universidade e o ciclo recomeça”. Na materialidade discursiva, a atribuição de um problema às universidades é construída enquanto *efeito de verdade* sobre a existência de “uma formação de militantes esquerdistas” realizada por parte de professores.

Pelo menos três pontos podem ser desestabilizados no discurso da SE 2: 1) existe professor doutrinador na universidade; 2) o doutrinador forma outros professores, que vão para as escolas; 3) estes últimos formam milhares de “jovens alienados” e uma parte vai para a universidade, construindo um ciclo que não cessa. Para adentrar nessas três dimensões, é necessário esclarecer uma coisa: quem é o sujeito-professor “doutrinador”?

Na esteira dos fenômenos políticos de hoje – em que cortes são destinados às universidades com base na justificativa de organizarem “balbúrdia, além de docentes serem caracterizados como zebras gordas – os conhecimentos produzidos nas IES, especialmente os que englobam as Ciências Humanas são constantemente questionados.

Retomo os acontecimentos discursivos da corrida presidencial de 2018. Primeiramente, porque, desde então, ganha força o efeito de existência de apenas

dois lados na política brasileira: uma esquerda que carrega a sombra de “ameaça comunista”, liderada pelo ex-presidente Lula; e uma direita, aliada aos ideais políticos de Bolsonaro, determinado a combater o que designa por ideologias de esquerda e por ameaças comunistas, tendo como principal pauta de governo o antipetismo.

Relacionada à lógica descrita, opera uma divisão que migra para as demais esferas da sociedade: direita X esquerda, bem X mal, a família tradicional X ideologia de gênero, anticiência X ciência. Em todos os pares opositivos, existem jogos e estratégias de poder que afetam as questões de saber e de verdade na atualidade. Entre outros pares opositivos, destaco um que é intrínseco à discursivização sobre professor “doutrinador”: Ciências Humanas que não geram retorno imediato X Ciências – Exatas/Biológicas – que dão retorno imediato, ou seja, lucro financeiro rápido e possível de monetizar em produtos.

A última adversidade, relacionada às ciências, é contextualizada, neste trabalho, no capítulo 2, como *condição de emergência* para discursos de desvalorização de professores e desvalorização dos próprios saberes produzidos no âmbito das Humanas. À área de conhecimento estão incluídas disciplinas escolares como História, Filosofia, Sociologia, Letras, entre outras, as quais possuem conteúdos que retomam acontecimentos históricos e que produzem, por meio do fazer científico, concepções críticas e filosóficas acerca da realidade social e política. Conhecimentos que têm sido atacados por um governo – negacionista de fatos históricos e com características autoritárias (COSTA; SILVEIRA, 2018) – que caminha na contramão do desenvolvimento desse tipo de fazer científico, inclusive diminuindo investimentos do MEC voltados para tal área.

No âmbito do ensino escolar, os professores têm enfrentado dificuldades ao trabalhar com conteúdos relacionados ao ensino de História, principalmente quando referentes à origem das religiões, especialmente as de matriz africana, bem como boa parte dos conteúdos que envolvam revoluções. Ao explorar tais temáticas em aula, uma parcela dos professores é mal interpretada e até mesmo rechaçada – algo que tem gerado situações de conflito entre pais, alunos e professores.

Em reportagem²⁴ veiculada pelo *El País*, sob o título “Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula”, o jornalista Felipe Betim explora o contexto de perseguição de professores promovida pelo governo em exercício e pelo projeto chamado Escola Sem Partido (ESP). Na matéria, ele entrevista docentes que relatam situações de abuso, a exemplo de uma professora homoafetiva que foi afastada de uma turma e teve sua grade de aulas reduzida por ser acusada de incentivar uma aluna a assumir-se da mesma forma para a família.

Diante disso, proponho uma resposta à questão tecida anteriormente: o professor “doutrinador” é um sujeito fabricado por práticas governamentais de desvalorização de determinadas áreas como estratégia de *controle* de saberes desenvolvidos nos ambientes de aprendizado. Assim, atribuir à prática de ensino um sentido associado à doutrinação é uma forma de desmerecer e de colocar em xeque os conhecimentos que nos constituem historicamente, alterando e atribuindo sentidos conforme interesses de poder.

Do período das eleições em diante, como apontado por Mello (2020), parte dos grupos de apoiadores do candidato de extrema direita investiram na disseminação de *fake news*, mensagens que foram concebidas e difundidas por agências e/ou profissionais de *marketing*, através principalmente de disparos em massa no *Whatsapp*, buscando apoio, especialmente, em discursos religiosos, conservadores e carregados de autoritarismo.

Santos (2019, p. 428) destaca que, entre inverdades compartilhadas durante as eleições,

[...] esteve a acusação de que Fernando Haddad defendia a distribuição de materiais, entre crianças de seis anos, que continham incentivo ao envolvimento amoroso entre pessoas do mesmo sexo. Embora tais discursos tenham sido combatidos no esclarecimento acerca da real especificidade do Projeto Escola sem Homofobia, o qual era voltado aos professores, a reiteração das perguntas sobre o suposto kit tomaram a dimensão de memes nas redes sociais tamanho o ineditismo da crença despertada por sua veiculação.

As *fake news* sobre os candidatos de oposição repercutiram juntamente com outras, muitas relacionadas à existência de uma imposição de ideologia de gênero

²⁴ O material completo está disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

em crianças. Entre elas, estava a suposta existência de um “kit gay” que seria distribuído em escolas, e a da “mamadeira de piroca”, que teria sido entregue em escolas e creches de São Paulo pelo ex-prefeito Fernando Haddad.

Situo as *fake news*, aqui, por constatar como o compartilhamento delas está associado ao discurso de que professores não ensinam, mas doutrinam. A ideia de “doutrinação” em torno do exercício pedagógico de conteúdos históricos é fruto de processos imaginários. Em outras palavras, existe uma *governamentalidade* sendo colocada em prática, que coaduna para que a história seja apagada ou, pelo menos, reformulada.

Para especificar as práticas de *governo* típicas ao bolsonarismo, destaco que, em seu plano de governo²⁵, “O caminho da prosperidade”, veiculado enquanto era candidato, em 2018, constam como objetivos para a educação a mudança de conteúdos e métodos nas escolas. Mais especificamente, o plano estabelece a necessidade de ter: “[...] mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico” (BOLSONARO, 2018, p. 41, grifos do autor).

O discurso expresso na materialidade do plano de governo, destacado em caixa-alta e versando sobre “mudanças de conteúdos e métodos”, bem como sobre o fortalecimento à valorização de disciplinas capazes de fornecer resultados considerados mais palpáveis, apenas reforçam como as práticas “bolsonaristas” estão voltadas ao desmonte de conhecimentos colocados como descartáveis em sua agenda. Ao ressaltar como prioridade um ensino médio/técnico, é estabelecida a principal opção de destino profissional de, pelo menos, parte dos jovens que ocupam esses espaços: a carreira técnica e não universitária.

Entre outros elementos pertinentes à agenda educacional de governo e que estão atravessados à denominação de professores como “doutrinadores”, está o Projeto ESP, que parte do pressuposto de ser necessário colocar um fim à “doutrinação” escolar/educacional. Em direção oposta ao presumido pelo programa,

²⁵ Plano de governo “O caminho da prosperidade”, de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/pr-oposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

a chefia de Estado, que defende uma “escola sem partido”, realizou interferências na escolha de questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado em novembro de 2021, para deixar a prova com “a cara do governo”²⁶.

Conforme veiculado pelo *Portal G1*, servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela realização da prova do ENEM, “afirmaram que sofreram pressão psicológica e vigilância velada na formulação do Enem 2021 para que evitassem escolher questões polêmicas que eventualmente incomodariam o governo Bolsonaro”. Por conta do acontecimento, 37 funcionários deixaram seus respectivos cargos.

Os defensores do ESP partem de um pressuposto de neutralidade, em que os conteúdos ministrados em sala de aula deveriam ser puros em conhecimento, sem abordar o que há no interior das relações de poder. Para Daltoé e Ferreira (2019, p.216), [...] o ESP condena os professores que estariam em sala de aula fazendo uso político de uma doutrinação ideológica, quando o Projeto quer fazer justamente a mesma coisa”.

A partir de uma leitura dos acontecimentos, torna-se possível entender como tem ganhado força uma estratégia de poder pautada na veiculação de conteúdos de natureza falsa, as quais mexem com as emoções, principalmente dos sujeitos que aderem a ideais tradicionalistas e de fanatismo religioso. Em um contexto como esse, vejo ganharem força os discursos pautados na *disciplinarização*, como forma de conter a circulação de saberes e de estilos de vida que se afastam de um modelo tido enquanto conservador.

O incentivo à filmagem de professores, por exemplo, constitui violência e determinação de um modo específico para o exercício da docência, prática resultante de certa forma de “governar a conduta” dos professores a partir da imposição de controle e vigilância. Ao pensar sobre a realidade observada, em consonância aos estudos realizados nesta pesquisa, compreendo que, se o professor não se proteger ou pelo menos não aceitar se calar diante dos assuntos defendidos nessa espécie de “caças às bruxas”, o mesmo continuará sendo alvo

²⁶ Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/17/apos-dizer-que-o-enem-comeca-a-ter-a-cara-do-governo-bolsonaro-nega-que-tenha-visto-questoes.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

possível de punição, filmagem, exposição. O movimento retira a liberdade do professor em sala de aula, promovendo a implementação de estratégias sociais de perseguição e contribuindo com a alimentação de uma esfera de medo no que se refere à seleção ou à abordagem de conteúdos importantes para a formação dos estudantes, mas que vão de encontro aos interesses de determinadas relações de poder.

Os enunciados descritos apontam para uma forma de governo que, nos discursos veiculados e nas próprias ações de estado, faz erigir não apenas a normatização da conduta dos professores, mas também formas contínuas de vigilância e controle de direitos à educação de qualidade. Promovendo uma leitura disso, no entrecruzamento com a questão da *governamentalidade* – modo pelo qual o Estado pode ser regido com base em táticas de poder, sejam de esfera pública ou privada, emerge, no plano discursivo, especificidades que muito dizem quanto à historicidade do momento político vivido no Brasil.

Na *governamentalidade*, está a declarada inclinação a ideais do que se “vende” como conservadorismo. Conforme estudo de Sepulveda e Sepulveda (2016), é complexo definir o substantivo “conservadorismo”, dada a dificuldade de saber sua natureza. Para os autores, é necessário compreendê-lo em sua ligação com o discurso político, o qual geralmente se pauta em defender valores tradicionais, relacionados a questões de gênero, sexualidade, comportamento, descriminalização de drogas e questões relativas ao armamento da população como estratégia de segurança pública.

Vejo, no atravessamento da *governamentalidade*, práticas de constituição de um dispositivo de saber-poder conservador que decorre na construção de determinado *regime de verdades*. Nesse sentido, no governo em exercício, é possível que a circulação de tais discursos sejam

[...] vistos funcionando como regimes de verdade e se baseiam em um sistema de exclusão, pois nem todos possuem o direito ou a possibilidade de dizer tudo, assim como nem todos são reconhecidos em seus discursos, ou seja, para os conservadores só o seu discurso está autorizado, assim como sua forma de pensar é a correta, excluindo os demais discursos e pensamentos que são produzidos na arena social (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 83).

Entre as questões pertencentes às denominadas pautas de costume, no Congresso Nacional – do governo de Bolsonaro, há as seguintes propostas de projetos, no campo da educação: a implementação de um maior número de escolas cívico-militares pelo Brasil; a mudança no currículo pedagógico de disciplinas de Humanas; a autorização do ensino domiciliar na educação básica; e o movimento Escola Sem Partido.

A implementação de escolas cívico-militares é, como já discuti em trabalho anterior, uma ação que “[...] assume como justificativa a necessidade de combater a violência dentro das escolas, adotando um regime disciplinar mais rígido, considerando que um dos focos das discussões diz respeito à segurança do professor” (CONSOLARO, 2019, p. 255). É importante pontuar, entretanto, que a configuração do modelo cívico-militar possui um programa que visa incluir militares, não licenciados, à frente da gestão educacional e administrativa das escolas – o que fere os princípios de uma educação de qualidade, a qual requer a mediação por profissionais licenciados(as).

Além das pautas de retrocesso voltadas à educação, há as que abarcam outros eixos como os projetos em tramitação na Câmara e no Senado direcionados à ampliação ao direito ao porte de armas, à exclusão de ilicitude para policiais em serviço, à redução da maioria penal, ao aumento de condições para exploração mineral em terras indígenas, ao estatuto da família heteronormativa, ao estatuto do nascituro, bem como à substituição das urnas eletrônicas por um retorno ao uso do voto impresso.

Diante dos acontecimentos analisados, proponho que os discursos em questão são constitutivos de um *regime de verdades*, no qual é determinado que professores sejam X, e não Y. Ou seja, que se comportem e deem aulas de um modo determinado – práticas que, para estar dentro da norma, devem ser compatíveis com o discurso de extrema direita vivenciado com o controle através da *disciplina*, da punição, da perseguição, da vigilância.

Em outras palavras, se os professores forem considerados “doutrinadores” devem ser filmados e punidos. Os mesmos, se ocuparem espaços que os permitem ter salários mais satisfatórios, por vezes, são denominados como caros, zebras gordas, mas, quando possuem empregos com menor recurso financeiro, estão lá

“por não serem bons o suficiente” em outras funções. E, mesmo quando ensinam em meio a uma crise sanitária de escala global, sobrecarregando-se para suprir a ausência do ensino presencial através de estratégias e atividades remotas, ainda são desqualificados “como pessoas que não trabalham”. No interior de tais condições, não há um espaço estável para o sujeito que é professor. A esta altura da pesquisa, pergunto-me se é possível ser professor, hoje, e sair ileso a qualquer forma de ataque ou desqualificação.

Percebo, ainda, que as investidas contra os professores constituem algo maior do que ofensas e instrumentos de controle. São, também, uma ofensiva à diversidade nos modos de vida, aos fundamentos de uma sociedade democrática e à própria ciência. Ao longo do trabalho e no interior das *acontecimentalizações*, vi, como *regularidade*, a investida no combate aos chamados militantes ou sindicalistas e à esquerda. Prática que, quando associada aos discursos sobre professores, demarca o quanto a disputa política é constitutiva das instituições de ensino.

Como ponderei antes, há a discursivização de um *efeito de verdade* sobre professores formarem militantes de esquerda – problemática que tem prejudicado a produção de conhecimentos, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, relacionados a assuntos que anteriormente eram incontestáveis, como os de História, conforme tenho afirmado neste trabalho. O apelo para o combate a uma “ameaça comunista” invade o espaço das escolas ou das instituições de ensino superior e tem colocado professores como inimigos da sociedade.

Uma lógica em que são rememorados ideais, antes assentados em um passado distante. Associo os discursos que investem na diminuição salarial de professores²⁷, bem como os discursos elitistas de defesa à cobrança de mensalidade em universidades públicas, além das afirmações de que uma IES não é um local para todos²⁸, ao que já foi dito e reproduzido durante a Ditadura Militar de

²⁷ Conforme Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1166), a diminuição do salário de professores “[...] foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar. No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas”. Algo que marcou a proletarianização da carreira de docentes.

²⁸ No dia 30 de janeiro de 2019, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez, publicou em seu perfil do *Twitter* um vídeo afirmando que “[...] a ideia de universidade para todos não existe”, pois, para ele, a universidade deveria ser reservada à “uma elite intelectual”. A fala por si só já é um problema, sem considerar que, de fato, a universidade no Brasil não é para todos. Conforme os dados da Education et al Glance 2019 (OCDE), apenas 21% dos jovens entre 25 e 34 anos possuem ensino superior

64 – período de incentivo à formação tecnicista, período de extremismos e retrocessos que vão muito além da diminuição salarial de professores, na escrita da história da educação no país.

3.2.2 Ser professor é uma declaração de não conseguir fazer outra coisa

Situo, neste tópico, a emergência do acontecimento em que o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, proferiu a seguinte fala: “[...] hoje, ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”. Para pensar nas *condições de existência* do enunciado citado, lembro que, para Foucault (2014a), a produção de discursos é controlada por um regime de interdições, significando que estamos sujeitos a princípios construídos socialmente e politicamente que determinam o que pode ser dito durante cada época.

Sob tal lógica, os dizeres de uma época denunciam o que é condicionado como o verdadeiro em uma sociedade. As vontades de verdade passam a ser construídas conforme se desenrolam, no percurso da história, as lutas que regulam a normalização de determinadas práticas e regras envolvidas em um dispositivo de poder-saber.

Levando em conta as condições históricas do momento, analiso a fala do ministro que emerge a partir de uma entrevista concedida ao jornal Estadão²⁹, dois meses após assumir o cargo estatal, em 2020. Sua declaração produz diferentes efeitos de sentido, especialmente quando analisada em seu contexto. Ao ser questionado sobre planos para a melhoria da educação, a resposta completa foi a seguinte:

completo, enquanto, em países desenvolvidos, essa taxa é de 44%. Para o ministro, entretanto, o acesso à universidade deve ser mais restrito do que já é. A fala na íntegra está disponível em: <https://twitter.com/ricardovelez/status/1090681853613359104?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1090681853613359104%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fcongressoemfoco.uol.com.br%2Ftemas%2Feducacao%2Funiversidade-nao-e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao%2F>. Acesso em: 10 nov. 2021. Os dados da OCDE estão disponíveis em: <https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en#page1>. Acesso em: 11 nov. 2021.

²⁹ Entrevista disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>>. Acesso em: 10 maio 2021.

[...] quero dar o foco sobre a vida dos professores. Hoje, ser um professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa. Está na hora de parar de ter como protagonista somente o aluno, a infraestrutura, a comida, o assistencialismo, e a gente olhar com carinho maior para os professores.

O representante da pasta educacional explicita pretender dar mais atenção aos professores, colocando como moeda de troca a atenção a outros pilares fundamentais da educação: o aluno, a infraestrutura, a comida e, por último, o “assistencialismo”³⁰ – termo recorrentemente utilizado por governantes de direita que se posicionam de forma contrária aos incentivos financeiros oferecidos à população carente, para que possam ter mais acesso às coisas básicas como alimentação, educação, saneamento e moradia. Destaco, ainda, mais uma questão: a contradição em dizer que quer “dar foco à vida dos professores”, ao mesmo tempo em que coloca o docente como alguém que não conseguiu fazer outra coisa.

Entre mais temáticas abordadas ao longo da entrevista, foi discutida a eventual volta às aulas presenciais ainda no período de pandemia por *coronavírus*, sendo discutido também questões acerca de desigualdade, dificuldades de acesso durante a crise sanitária, bem como a falta de domínio de tecnologias, tanto da parte de estudantes, quanto de professores – assunto em que o ministro se esquivava da responsabilidade, jogando-a para gestores de estados e municípios. Ao ser questionado sobre o papel do MEC no combate às desigualdades, o ministro rebate em defesa, dizendo que: “[...] essa é uma responsabilidade de Estados e municípios, que poderiam verificar e ter as iniciativas para tentar minimizar esse tipo de problema. Alguns já fizeram. Algumas universidades federais deram até tablet”.

Ideais do chamado *bolsonarismo* são mobilizados enquanto o ministro se coloca contra a abordagem pedagógica de temas como educação sexual e questões de gênero, defendendo, ainda, considerar relevante uma revisão de materiais didáticos, sobretudo no que diz respeito aos fatos históricos da Ditadura Militar de 1964.

Discursos, similares aos do ministro costumam ser mobilizados, na agenda educacional do governo, juntamente com os enunciados acompanhados à noção de

³⁰ O termo é recorrentemente utilizado por governantes aliados à agenda do Presidente da República e chefe do então ministro.

anticientificidade, como os apoios aos pressupostos criacionistas e terra-planistas; a crescente busca pelo *homeschooling*, principalmente quando associado ao ensino religioso; e o movimento antivacina, fomentado no Brasil, durante a pandemia da *covid-19*. Ao tratar a respeito, Costa *et al.* (2021) analisam como as pautas de educação e de costumes³¹ se entrelaçam sob o regime bolsonarista, o qual se baseia nos ideais de Olavo de Carvalho, reforçando teorias que negam a ciência. As autoras pontuam que

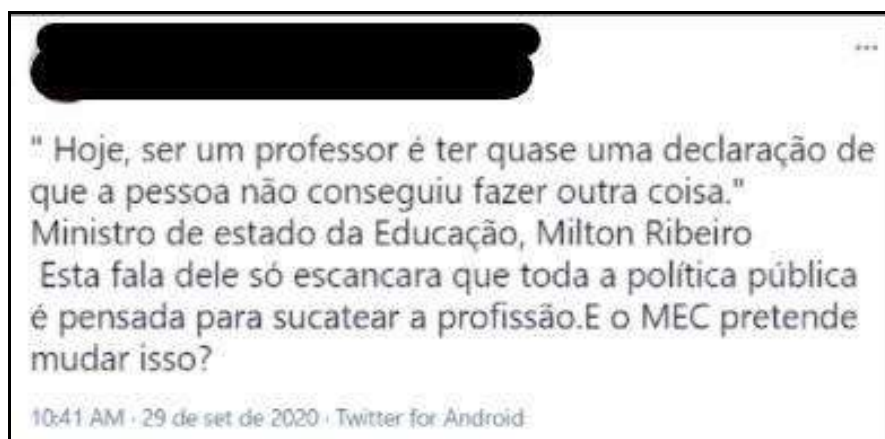
[...] figuras públicas conservadoras – membros, ministros e servidores do governo Bolsonaro, inclusive – constantemente apoiam a ideia de que: “a Terra é plana”; “as vacinas causam autismo e são prejudiciais à saúde da população”; “o aquecimento global não existe”; entre outras (COSTA *et al.*, 2021, p. 284).

Os discursos explorados aqui, juntamente aos ataques contra os professores, constituem uma rede discursiva em oposição ao que é científico. Tais enunciados ganharam mais força desde 2019, após a eleição do novo governo, que tem sido caracterizado como de extrema-direita (BENTO, 2020) e autoritário (COSTA; SILVEIRA, 2018). Um novo governo que se mantém difusor de argumentos tidos como tradicionais – princípios que, ao longo da história, já foram mais ou menos populares, conforme o cenário político vivido.

Descrever a conjuntura do acontecimento é o que me dá subsídio para adentrar na análise do que repercutiu no âmbito dos *discursos ordinários*, sobre a afirmação de que “ser professor é uma declaração de não conseguir fazer outra coisa”. No *Twitter*, o enunciado repercute principalmente em gestos de resistência, nos quais é demarcada a contradição na postura política do ministro. Na SE 2, destaco um discurso que relaciona o enunciado em questão ao sucateamento da educação e da profissão docente.

³¹ Em referência à agenda do Congresso designada “de costumes”. O chamado *homeschooling* é uma das pautas comuns nessa agenda.

SE 2 – Papel do MEC na desvalorização do sujeito-professor



Fonte: Print realizado pela autora em: 24. nov. 2020.

Na SE 2, ao retomar a fala do ministro – “hoje, ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa” – levando em consideração o contexto de um governo que contribui para práticas de desvalorização docente, o sujeito problematiza como a fala é capaz de escancorar uma política que sucateia a profissão, sendo colocada uma questão: “E o MEC pretende mudar isso?”.

Por meio da enunciabilidade, é retomada a memória da realidade social e política que normaliza práticas de desrespeito e desvalorização de professores. E, em relação ao *efeito de verdade* normalizado na fala do ministro, é estabelecida uma contradição: de que se a realidade do sujeito-professor é prejudicada, é improvável que existe solução vinda do MEC, sob um governo que ataca professores como prática política.

O ministro profere um discurso de defesa aos professores, que permanece no nível da performance: “olhar com carinho maior para os professores”. A fala é contraditória com as práticas e o posicionamento político do líder da pasta educacional, ambos aspectos em que se vê ataques aos sujeito-professor. Além disso, ao enunciar que existe uma ideia de que professores não conseguiram fazer outra coisa, ele também não apresenta uma proposta de solução sólida e técnica para a afirmação.

Assim, penso na performatividade do ministro como estratégia para construir uma “cortina de fumaça”³² em torno das atividades de sua gestão, considerando que o mesmo já é popularmente conhecido como o que mais desmontou a educação³³, mesmo sendo o que menos figurou enquanto objeto de polêmica na mídia. Com relação às práticas governamentais e paralelamente às declarações mencionadas e aos cortes destinados à educação e à pesquisa brasileira, Ribeiro tem dado continuidade ao processo de desmonte iniciado por seus antecessores de cargo, Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e Carlos Decotelli³⁴.

Na peculiaridade do cenário descrito, vejo que, desde 2019, a pasta educacional foi uma das mais afetadas por cortes e bloqueios financeiros. Só em 2021, a verba para o Ministério da Educação sofreu um corte de R\$ 2,728 bilhões. Os orçamentos destinados às universidades federais tiveram uma redução de 37% nas despesas discricionárias, quando comparado ao orçamento de 2010 e com correção da inflação. Conforme levantamento realizado pelo *Portal G1*³⁵, o orçamento do ensino superior em 2010 equivaleria, hoje, a R\$ 7,1 bilhões, enquanto em 2021 é de R\$ 4.5 bilhões, e em 2020 foi de R\$ 5,5 bilhões.

No interior dos fatos históricos, existe uma (re)atualização dizeres marcados de já-ditos sobre a carreira docente. Para tanto, o imaginário de “última/única opção” de formação é reforçado, bem como a ideia de professores como profissionais mal

³² O termo “cortina de fumaça” é frequentemente utilizado no meio jornalístico para referir-se a uma estratégia em que se procura construir uma narrativa que chame mais atenção que outra de maior importância. Assim, o acontecimento que é menos relevante e mais escandaloso, de certa forma, pode ofuscar e fazer não repercutir aquilo que, por algum motivo, precisaria “passar batido” aos olhos da sociedade.

³³ Em uma reportagem, jornalistas do portal *UOL* demonstram como Milton Ribeiro se cala e gera menos polêmica que seus antecessores, sendo ele o que mais tem provocado mudanças efetivas em prol de um desmonte da pasta educacional. O texto está disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/16/milton-ribeiro-mec-mais-bolsonarista-weintraub.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

³⁴ O ministro não chegou a assumir o cargo após ser acusado de fraudar seu próprio currículo. Passados cinco dias da sua nomeação pelo presidente, Carlos Decotelli pediu demissão em meio ao escândalo e o fez mesmo depois de negar que havia mentido. Entre os dados denunciados em seu currículo estavam: o título de doutor pela Universidade Nacional do Rosário, na Argentina e um pós-doutorado pela Universidade de Wuppertal, na Alemanha. Sobre suas experiências anteriores, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) negou, em nota, que ele tenha sido professor ou pesquisador da instituição. Além disso, passou a circular na internet partes de sua dissertação de mestrado, com a indicação de serem fruto de plágio.

³⁵ O levantamento completo está disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

remunerados e deprimidos – naturalizando o exercício pedagógico como metáfora de incapacidade.

Percebo que os deslocamentos nos locais de enunciação – sejam na rede social, em sites de notícia ou em diálogos cotidianos – interferem constitutivamente na construção da imagem dos sujeitos enquanto professores. Em uma realidade capitalista, as vontades de verdade são guiadas pelo fator econômico, que ocupa um espaço de prioridade na existência, bem como pelo *status quo* proporcionado por determinadas áreas de atuação e por determinados salários. Assim, a carreira docente, muitas vezes, é reconhecida como mal remunerada, sendo uma função cabível para aqueles que não se realizaram profissionalmente e que se sujeitaram ao que “sobrou”.

Além disso, a sociedade midiaticizada tem como característica o “parecer ser”, caráter constitutivo de subjetivação. Logo, figura, na naturalizada fala do ministro, algo que a maioria dos sujeitos de uma sociedade como a atual não almeja: aparecer, aos olhos do outro, como incompetentes ou mal remunerados. Em tal lógica, o valor do corpo e do trabalho do professor perpassa por uma construção imagética de fracasso no âmbito mercadológico, tendo em vista a “fama” de baixa remuneração e a desvalorização.

Sob a égide do acontecimento descrito, percebo como um *regime de verdade* é construído por uma série de práticas. Para Foucault (2014a, p. 17), as vontades de verdade são validadas “[...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”. Com base em tal prerrogativa, entendo que os subseqüentes cortes e a falta de investimentos na pasta educacional tanto quanto dos ataques aos professores constroem sentidos que dizem “quem somos nós” e quais são as verdades colocadas em disputa pelos poderes e saberes na história do presente.

3.2.3 Professores não querem trabalhar

Este trabalho não versa especificamente sobre dizeres relacionados aos professores em período de pandemia, porém não há como negar o atravessamento dos acontecimentos históricos de 2020 como constitutivos ao processo de escrita e

de reflexões realizadas aqui. Então, se o recorte temporal do *corpus* analítico recai sobre os anos de 2019 e 2020, embora de forma *descontínua*, as influências externas do novo coronavírus também emergiram no trabalho.

Sobre a conjuntura do momento histórico, ressalto que, em 01 de dezembro de 2019, houve a confirmação do primeiro caso de contaminação pelo SARS-CoV-2 – do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 – na China. A doença causada pelo vírus mortal ficou conhecida como “*covid-19*” ou “novo coronavírus” e atingiu a população de quase todos os países do mundo. O Brasil rapidamente se tornou um dos países com uma das maiores crises de gestão e combate ao vírus, alcançando, até janeiro de 2022³⁶, mais de 24,8 milhões de casos, ocasionando em mais de 625 mil mortes confirmadas.

A possibilidade de contaminação, e mesmo de morte, fez com que as medidas de distanciamento social se tornassem fundamentais à manutenção da vida. Logo, toda a sociedade precisou se adequar às novas medidas de segurança necessárias à saúde individual e coletiva, algo que repercutiu nas práticas educacionais, realizadas, até então, a maioria no modo presencial, em salas lotadas.

Em tal circunstância, o meu percurso acadêmico e de todos os envolvidos com a educação foram totalmente transformados. As aulas e os eventos remotos se tornaram uma realidade necessária. Professores do ensino básico ao superior precisaram (aprender a) lidar com ferramentas tecnológicas, mesmo muitos profissionais não estando preparados para isso. O contexto de mudanças forçadas em prol do controle da crise sanitária acarretou em um momento de descobertas e de novas experiências para que fosse possível encontrar estratégias para desenvolver as demandas. Toda a classe trabalhadora acadêmica, desde as secretarias até os professores, passaram a dedicar-se em função de estabelecer as atividades remotas³⁷, como tática de adequação para prosseguir com o calendário acadêmico-escolar em dia.

³⁶ Dados referentes ao dia 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

³⁷ Universidades de todo o mundo adotaram aulas *on-line* durante a pandemia. Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2020/03/18/interna-ensinosuperior-2019,835070/universidades-de-todo-o-mundo-adotam-aulas-on-line-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Alguns sujeitos, entre pais e alunos, mostraram-se insatisfeitos com o trabalho exercido por professores, e isso começou a repercutir em notícias³⁸, as quais foram compartilhadas em redes sociais, como o *Twitter*. Paralelamente às questões de acesso, do ponto de vista do ensino e aprendizagem, uma série de reclamações de estudantes se deram em relação à metodologia adotada e ao que foi caracterizado enquanto ineficácia do ensino não presencial, além de queixas sobre didática docente, envolvendo quantidade excessiva de atividades ou formas de verificação da frequência de trabalhos propostos.

Também circularam notícias e depoimentos quanto à falta de estrutura e de domínio tecnológico, inclusive dos profissionais de educação, dada a carência de recursos financeiros para investir em equipamentos ou no acesso à internet³⁹. Em proporção similar, o panorama de ensino mercadológico seguiu com demissões em massa em instituições privadas, levando à superlotação de estudantes-internautas em salas de aula *on-line* e ao adoecimento emocional de professores cuja jornada de trabalho tornou-se mais excessiva.

A partir da delimitação de tal contexto, destaco o enunciado – “Professores não querem trabalhar” – que ganhou repercussão midiática em um pronunciamento do então Presidente da República, ao ser questionado sobre a possibilidade de as aulas e, conseqüentemente, de os professores voltarem à modalidade presencial:

[...] ficam ouvindo sindicato de professores. Pessoal deve saber como que é composto a ideologia dos sindicatos dos professores pelo Brasil quase todo. É um pessoal de esquerda radical. Para eles tá bom ficar em casa, por dois motivos: primeiro eles ficam em casa e não trabalham, por outro colabora que a garotada não aprenda mais coisas, não volte a se instruir (sic).⁴⁰

No discurso do representante da nação, reverberam sentidos em dissonância com o cotidiano pedagógico enfrentado durante o ensino remoto. O período letivo continuou em andamento, além de a circunstância exigir uma série de adaptações,

³⁸ Durante a análise de informações, o mais regular foi a repercussão noticiosa acerca dos acontecimentos descritos. Em menor quantidade, foram compartilhados memes e críticas, no *Twitter* e no *Instagram*. Neste espaço, a repercussão foi menos expressiva.

³⁹ Informação disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2020/07/12/internas_educacao,1166060/entre-solucao-e-pesadelo-na-pandemia-ensino-remoto-ainda-e-desafio.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁴⁰ Informação sobre o pronunciamento disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-ataca-professores-e-diz-que-eles-nao-querem-trabalhar/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

bem como de os professores terem se desdobrado para suprir a ausência do presencial.

Em tal contexto, uma parte dos professores se colocou contra o retorno de aulas presenciais, devido ao risco iminente à saúde de todos. Além da reprodução das críticas que já circulavam sobre os docentes, foi acrescentado um caráter político e partidário a respeito do posicionamento da categoria. Sobretudo, nas falas do presidente e de parte de seus apoiadores, os sentidos sobre o vírus continuaram ecoando a ideia de ser apenas uma “gripezinha”⁴¹, e não uma doença com alto potencial de letalidade.

A fala do representante da nação enquadra parte dos professores em um grupo homogêneo, no qual aqueles que se negam a retornar ao ensino presencial durante a crise sanitária recebem a caracterização de aliados à “ideologia dos sindicatos”, “um pessoal de esquerda radical” ou de quem acha “bom ficar em casa”, porque “não trabalha” – o que “colabora [para] que a garotada não aprenda mais coisas”. Em tal dizer existe a seguinte associação: não realiza as atividades de dentro das instituições educacionais = não trabalha.

Os professores, diferentemente da fala do presidente – sobre ficarem em casa e não trabalhar na pandemia, somada a uma ideia de colaboração para a falta de instrução dos estudantes – têm relatado o aumento de atividades na conjuntura pandêmica, uma intensificação da desvalorização, as demissões em massa em instituições privadas e, por conseguinte, a superlotação de salas de aula *on-line*⁴². Paralelamente, há a carência de estrutura dos próprios professores, como falta de domínio da tecnologia e, até mesmo, falta de um salário adequado para poder investir em ferramentas necessárias, além dos desafios emocionais em meio a perdas familiares e/ou em meio à própria contaminação, quando foi o caso.

A afirmação é problemática, pois favorece, também, um efeito de que o ensino remoto não existe, em um discurso de deslegitimação de toda prática

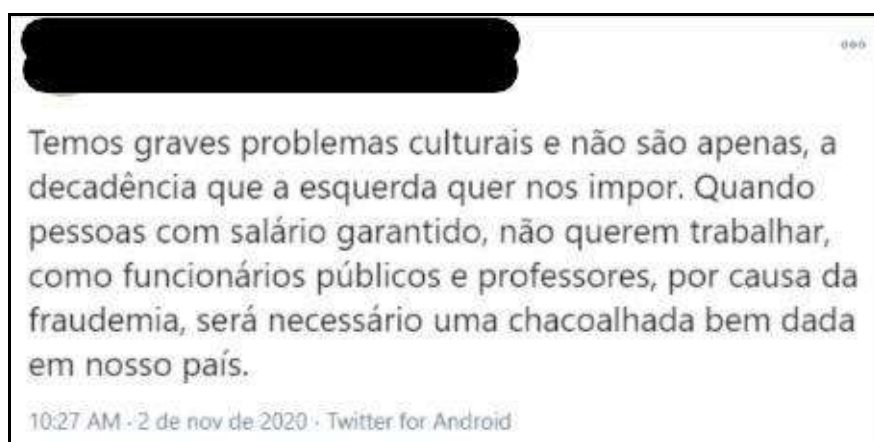
⁴¹ Durante a pandemia, a designação do vírus covid-19 como uma “gripezinha” se tornou recorrente entre discursos de caráter negacionista. A comparação é séria, pois consiste na minimização dos efeitos que o coronavírus pode causar no corpo de uma parte das pessoas contaminadas. Informação sobre discurso da “gripezinha” disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/24/interna_politica,1250005/ha-um-ano-bolsonaro-chamava-covid-de-gripezinha-em-rede-nacional-relembre.shtml>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁴² Fonte: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html>>. Acesso em: 31 out. 2020.

exercida a partir de diferentes estratégias e/ou por diferentes canais de interação. A situação dos pesquisadores e professores brasileiros abre espaço para reflexão acerca da *disciplina* e do verdadeiro de uma época. Como o filósofo afirma, “[...] a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2014a, p. 34). Por isso, entendo que a construção de um sentido sobre algo – o que é verdadeiro ou não conforme as regras – pode ser marcada por interdições, por acontecimentos opacos ao conhecimento da história, que influenciam ou não nos atuais gestos de interpretação e circulação sobre determinado assunto.

Pensando na formulação de *efeitos de verdade* do momento, mobilizo, na SE 3, um *discurso ordinário* como amostra de como despontou, no *Twitter*, uma rede de dizibilidades sobre professores não estarem atuando conforme o contratado pelas escolas e universidades.

SE 3 – “Professores ganhando sem trabalhar”



Fonte: Print realizado pela autora em: 03 nov. 2020.

Na SE 3, o enunciado propõe a existência de “graves problemas culturais” e uma “decadência que a esquerda quer nos impor”. Ao dar continuidade, é acrescentado que existem “pessoas com salário garantido, que não querem trabalhar”, sendo esses, para ele, “funcionários públicos e professores”, reforçando um *efeito de verdade* (FOUCAULT, 2019) sobre o conceito de que professores querem a remuneração, porém não querem trabalhar. O fato de professores do

ensino público não concordarem em voltar às aulas presenciais também é associado como postura relativa a uma ideologia de esquerda.

Na postagem, a sugestão de que os profissionais não querem trabalhar em função do que aparece designado por “fraudemia”, palavra que constitui um neologismo a partir da junção entre os termos “fraude” e “pandemia” – produz sentidos em torno da dúvida quanto à veracidade das consequências impostas pelo avanço e pela permanência da pandemia em todas as regiões geográficas do Brasil e do mundo.

Nesse discurso, o sujeito-professor, enquanto funcionário público com garantia de salário mensal, é discursivizado como um sujeito preguiçoso, que não cumpre com suas funções profissionais, (re)atualizando sentidos que, na irrupção histórica, associam-se ao enunciado mobilizado como *condições de possibilidade* deste trabalho – as “zebras gordas” – ambos interligados à pauta econômica. Os problemas da educação que já não eram poucos, conforme reflexões estabelecidas nos tópicos anteriores, foram intensificados com a pandemia. Martins *et al.* (2021, p. 261) observam que

[...] sob o imperativo do “não podemos parar”, do dia para noite as escolas das redes municipais e estaduais tiveram que “adaptar” suas estratégias pedagógicas para manter os compromissos curriculares mesmo diante do crescente número de infectados e de mortos em nosso país.

Diante das adaptações exigidas para a prática do ensino remoto, os professores precisaram lidar com situações, muitas vezes, inéditas em suas carreiras. A mudança repentina no formato do processo pedagógico demandou a elaboração de diferentes metodologias para o manuseio do conteúdo programático em outra modalidade.

Como já pontuado neste capítulo, com a nova demanda, os professores que já enfrentavam, em muitos ambientes de ensino e aprendizagem, a ausência de recursos e estrutura ideais à formação de estudantes, tiveram mais um problema relacionado ao exercício da profissão. Ainda é cedo para confirmar todos os efeitos causados por tantas mudanças, mas já é possível especificar, a partir dos primeiros

estudos em torno da temática, que a sobrecarga de trabalho foi um problema significativo nas atividades remotas.

A partir de uma análise dos relatos de experiência de professores, Martins *et al.* (2021, p. 266-267) explicam que, em decorrência da lógica do sistema econômico e político neoliberal em que vivemos,

[...] a produtividade é cobrada a todo custo, e a pandemia sequer configura-se como motivo suficiente para parar ou ao menos reduzir a jornada de trabalho dos docentes, pelo contrário, pois como foi observado nas nossas ações de extensão, há uma sobrecarga ainda maior nos professores e gestores nesse período pandêmico.

Desse funcionamento, a ascensão de discursos fomentadores de uma hiper produtividade durante a crise sanitária, sendo no âmbito educacional ou não, a exemplo dos enunciados que mais circularam como “o Agro não para”⁴³, sob o prisma de que “a educação não pode parar”⁴⁴ também merece destaque. O primeiro surge em encadeamento a discursos anteriores, “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”, repercutindo como forma de evidenciar que, mesmo diante de uma crise sanitária global com milhares de pessoas mortas e contaminadas, a produtividade do agronegócio não poderia parar. O enunciado emergiu no interior de debates voltados a tornar o ensino uma “atividade essencial”⁴⁵ e, assim, exigir e justificar uma retomada precoce às atividades presenciais.

⁴³ O enunciado se tornou, inclusive, tema da música sertaneja “O Agro não para”, a qual foi gravada pelos intérpretes Zé Gabriel e Rafael, como forma de valorizar o agricultor brasileiro que, conforme pontuado pela Ourofino Agrociência, possui “[...] a missão de manter o país como protagonista na produção mundial de alimentos contínua”. Fala que evidencia uma preocupação maior em manter a produtividade e o lucro, não sendo o foco principal a alimentação da população brasileira. Texto disponível em: <<https://ourofinoagro.com.br/canal-digital/o-agro-nao-para/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

⁴⁴ Esteve em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5594/20 para tornar a educação atividade essencial. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/725719-projeto-inclui-educacao-entre-atividades-essenciais-que-nao-podem-parar-na-pandemia/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

⁴⁵ Ao longo da pandemia, ocorreram alterações referentes ao que seria entendido ou não como serviço essencial. Inicialmente, foram consideradas atividades essenciais, primordialmente, as voltadas à saúde, radiodifusão de sons e imagens, transporte de carga, pesquisas científicas relacionadas à pandemia e saúde, bem como as de captação, tratamento e distribuição de água. Informação disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia#:~:text=As%20atividades%20v%C3%A3o%20de%20assist%C3%AAncia,tratamento%20e%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20%C3%A1gua.>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

Indo ao encontro da lógica do mercado, então, tornou-se comum, como Martins *et al.* (2021) evidenciam, a difusão de discursos promovendo a reinvenção, bem como a importância da produtividade. Entre as dizibilidades em circulação durante o período de quarentena e isolamento, foi possível ver uma gama de *posts* nas redes sociais e em matérias jornalísticas com dicas de como as pessoas poderiam se manter produtivas enquanto estivessem em casa.

Ainda em diálogo com os estudos de Martins *et al.* (2021, p. 270), pesquisa em que foi possível realizar uma escuta dos professores, encontro o amparo para afirmar como a questão docente está atravessada pela agenda econômica e, no caso do ensino remoto, por

[...] uma espécie de desamparo discursivo, o qual tem sido bastante intensificado durante o período de pandemia em que vivemos. Silenciado sob o imperativo do “não podemos parar” ou da “reinvenção”, o educador não tem a quem endereçar o seu sofrimento e as angústias próprias de sua prática. Tomando então o sujeito-professor como objeto de um projeto educativo de cunho claramente neoliberal, o que temos por consequência é a inviabilização da própria posição de sujeito.

Assim, no que diz respeito ao trabalho de docentes na pandemia, a questão do *controle* emerge, principalmente, do bojo da demanda econômica, pauta tratada como prioridade, estando “acima de tudo” no governo atual. Sobre isso, lembro que, em período anterior à pandemia, a profissão docente foi atravessada por cortes de verbas na educação já em 2019, os quais só aumentaram até 2021, como já explorei em outro momento nesta dissertação. Tais fatores demonstram, por si só, uma história do presente em que se vive sob o regime de um governo em que a educação é vista mais como gasto do que como investimento.

Trata-se de uma prática em que a agenda econômica e política é utilizada como estratégia para *disciplinar* professores, a partir da diminuição de salários e do corte de investimentos destinados à educação, em um movimento que interrompe os aprimoramentos conquistados na esfera educacional na última década. É um modo de governo que aciona o *controle* sobre a circulação de conhecimento e aqueles que possuem o poder de mediar o aprendizado dos que frequentam as salas de aula. Recorrendo às palavras de Foucault (2019, p. 52), lembro que

[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Em tal cenário, os professores passaram a ser colocados, por uma parte da população, em uma posição de inimigos do poder vigente, ao mesmo tempo em que começaram a ser mais compreendidos por aqueles que se mostraram incomodados com as dificuldades da prática docente e importância da educação em uma sociedade democrática.

Durante o período, estive, inclusive, no entremeio das posições de alunos e professores, enquanto estudante de uma segunda graduação – o curso de Letras⁴⁶ – e mestranda em Estudos de Linguagens. Desse lugar, acompanhei a discursivização de alunos e de professores, tanto no espaço digital, quanto fora dele. A partir da leitura dos relatos dos sujeitos em suas posições, sem saber exatamente onde me encaixava, pude ver uma “espessura de práticas” (FOUCAULT, 2014a, p. 17) reforçando o efeito do desmonte da educação brasileira de uma forma mais intensificada ainda, durante a pandemia.

Diante disso, consigo perceber que os discursos sobre professores na pandemia mostraram uma intensificação dos ataques que docentes já vinham sofrendo há tempos. Enquanto pesquisadora, fui afetada – literalmente no campo dos afetos – ao ver os ataques aos cientistas, aos professores, àqueles que, mesmo em busca por uma cura do vírus – a vacina – tiveram seus conhecimentos e trabalhos questionados, inclusive, por sujeitos da instância do político e da sociedade em geral. Consequentemente, vejo como o momento vivido e a posição-sujeito que ocupam fazem diferença à compreensão e interpretação dos discursos, sendo questões que também interferem em meu próprio empreendimento analítico.

⁴⁶ Curso que tranquei por um período de 6 meses em 2020.

3.2.4 Síntese analítica

Ao finalmente discutir os recortes enunciativos que havia separado, notei que se tratava de compreender como um *regime de verdades* é construído e gerido para determinar o modo de ser professor, ou seja, conduzir tais sujeitos a adotarem um certo tipo de conduta profissional controlada pela *disciplina*. Os enunciados em questão repercutiram seja nas falas do ordinário (a exemplo das SEs 1, 2 e 3), seja na manifestação de sujeitos políticos com destaque de alcance nacional (como discutido em torno da figura 9). Assim, eu me vi diante de um material em que enunciabilidades macro e micro se entrecruzavam.

Sobre tal relação, destaco que os acontecimentos *descontínuos* analisados favorecem a construção de novos regimes discursivos. Na historicidade das dizibilidades descritas, aqui, reflito sobre as relações de poder que nos constitui. Com Foucault, a história “[...] deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (FOUCAULT, 2019, p. 41).

No rol de *regularidades* e *dispersões* enunciativas, constatei que os gestos de ataque aos professores e os de resistência funcionam conforme cada um desses acontecimentos – “professores doutrinadores”, ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa” e “professores não trabalham na pandemia” – se desenrolou.

Entre as percepções possíveis do funcionamento mútuo dos enunciados, observei que: 1) nos discursos sobre professores “doutrinadores” há mais presença de ataques – entre 7 SEs, 5 são ataques e 2 são defesas aos professores. 2) No que se refere aos discursos sobre professor “não trabalhar na pandemia” e em “não conseguir fazer outra coisa”, existe mais resistência – na primeira, entre 14 SEs, 3 são ataques e 11 são de resistência, enquanto na última, vemos apenas resistência entre 4 SEs. Nos quadros 4, 5 e 6 destaco alguns exemplares dessas materialidades que constituem o *arquivo*.

Quadro 4 – Professores doutrinadores

██████████ ██████████ ta certissimo, função de professor é dar aula, acabou imposição ideologica, essas merdas não acontecem em escola militar. Filmem mesmo, só quem tem medo de ser filmado é quem faz merda. Quem não deve não teme, quer fazer merda aguento as consequencias legais	████████████████████ Quem diria há 10 anos que em 2019 teríamos um ministro da educação como o @AbrahamWeint e tantos avanços para o desaparecimento das instituições ligadas a educação? Professor doutrinador não tem mais paz nas escolas e universidades, esse movimento é um exemplo disso. Grande ano!	██████████████████ Vocês querendo filmar professor "doutrinador" enquanto eu to querendo filmar o professor maravilhoso que tenho que compra TODO o material do dinheiro dele pra dar aulas de qualidade num ambiente precário e sem investimento.
--	--	--

Fonte: Quadro produzido pela autora em: 16 nov. 2021.

Quadro 5 – Professores não trabalham na pandemia

 Temos graves problemas culturais e não são apenas, a decadência que a esquerda quer nos impor. Quando pessoas com salário garantido, não querem trabalhar, como funcionários públicos e professores, por causa da fraudemia, será necessário uma chacoalhada bem dada em nosso país.	  Sindicatos e professores não querem a volta às aulas...trabalhar pra que, se o salário está todos esses meses 'pandêmicos' na conta? Será o último setor a retomar, e quando obrigatório for o retorno, apostemos, GREVE!	 Em vez de aumento por "salvar" a educação na pandemia tendo que aprender, "na marra", a trabalhar com novas tecnologias, o que muitos professores estão ganhando é a redução do salário porque muitas escolas estão juntando turmas. Não queremos palmas. Queremos respeito.
---	---	---

Fonte: Quadro produzido pela autora em: 16 nov. 2021.

Quadro 6 – Ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa

 Milton Ribeiro, pr presbiteriano e ministro da educação, compõe a comissão de ética pública da presidência desde 2019. Ou sua ética pública coaduna com ordem para filmar professores, suspender cotas, perseguir pesquisadores, difamar universidades ou se apequena à subserviência.	 Sobre o que realmente interessa a professores, pais e alunos o ministro da Educação não tem nada o que dizer. Mas para despejar preconceito e homofobia, Milton Ribeiro é bastante eloquente. Tai o que tu queria, eleitor (a) que votou no Bolsonaro contra "tudo que está aí".	 Milton Ribeiro assumiu o Ministério da Educação prometendo "resgatar o respeito" ao professor. O problema é que uma das maiores ameaças a professores tem sido a tentativa do bolsonarismo de promover guerra cultural utilizando escolas como campo de batalha 
--	---	--

Fonte: Quadro produzido pela autora em: 16 nov. 2021.

Com relação às regularidades particulares a cada eixo, destaco que: 1) no eixo “professor não conseguir fazer outra coisa” não há a presença de embate entre os *discursos ordinários*. O que aparece, no *Twitter*, é um confronto diretamente à fala do ministro; 2) nas atribuições sobre professores “doutrinadores” e “não trabalham na pandemia”, existem embates impulsionados por dizeres ordinários, sendo mobilizados ataques e defesas aos professores, gerando confronto entre os sujeitos.

Após a delimitação dessas associações, adentrei na estreiteza e singularidade de cada situação, para “[...] fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2020, p. 34). No interior dessa análise, encontrei discursos capazes de contribuir para a formação de um *regime de verdades* que determina o modo de ser professor hoje. Em outras palavras, eu me vi diante de discursos *disciplinares*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de produzir um efeito de fecho para este trabalho, lembro que desenvolvo um dos possíveis *diagnósticos do presente*, no que diz respeito ao sujeito-professor no Brasil de hoje. Aqui, meu gesto de interpretação é conduzido por minha posição-sujeito de mulher, jornalista, graduanda do curso de Letras, pós-graduanda, pesquisadora. Assim, entendo que o estudo contempla uma pequena parte das possibilidades existentes em relação à interpretação dos discursos sobre professores no *Twitter*.

A escolha dos *trajetos temáticos* acionados no recorte emerge nas *condições de possibilidade* do corte de verbas destinadas à educação brasileira, em abril de 2019, evento em que houve a caracterização de universidades públicas como locais de realização de “balbúrdia”. Na mesma época, circularam dizeres definindo docentes das IES como “zebras gordas”, enquanto mão-de-obra cara ao Estado, cujo salário deveria ser reduzido, portanto.

A partir dessa inquietação, pude acompanhar discursos no espaço enunciativo da rede, seja sobre professores, em específico, e seja em torno de temáticas entrecruzadas à profissão docente. Diante dos acontecimentos assistidos, levantei a hipótese de que emergimos em um período de desmonte de tudo que segurava os pilares da educação, sendo os professores um dos alvos mais diretos desse dispositivo.

Feita a contextualização inicial, retomo a questão com que comecei a dissertação: Quais relações de poder e saber estão em embate na dinâmica de produção de sentidos sobre professores brasileiros no *Twitter*? Como forma de desnaturalizar sentidos assentados, resgato, primeiramente, os enunciados que foram mobilizados ao longo da análise e que se referem a: “professores doutrinadores”, “ser professor é declaração de não conseguir fazer outra coisa”, “professores não trabalham na pandemia”.

Pensando no que tais discursos dizem sobre “quem somos nós hoje” e na historicidade que nos atravessa, é possível delimitar que, em 2019 e 2020, houve o aparecimento de discursos capazes de fabricar, por meio do *Twitter* e em relação

com o político e o histórico, um ideal do que é/deve ser professor. Refere-se a um sujeito que não pode “doutrinar” pelo ensino de conteúdos básicos à realidade escolar; que não deve ser uma “zebra gorda”, consequentemente, recebendo um salário menor em relação ao tanto que labora; que precisa trabalhar mais (o qual “não trabalhou na pandemia” e precisa mudar), e que também é definido como “alguém que não conseguiu fazer outra coisa na vida”.

A última questão, relacionada ao *status* do exercício profissional, levanta uma ironia presente no entrelaçamento dos enunciados, pois, se a desvalorização de professores afeta o prestígio associado à atividade da docência, isso está interligado a todos os discursos que reforçam a intimidação, o *controle*, a *disciplina* e a baixa remuneração como quesitos intrínsecos ao ofício.

Ao analisar a discursivização de tais acontecimentos, percebo, portanto, a construção de um *regime de verdades* sobre professores brasileiros, o qual é formado a partir de estratégias de poder como o *controle* e a *disciplina*. Assim, o professor se torna alvo de uma espécie de treinamento e modulação voltada ao controle de suas práticas profissionais.

Com base na máxima foucaultiana, entendo o processo *disciplinar* de hoje como não estando associado, necessariamente, à vassalagem, à domesticidade, diferenciando-se da dinâmica de submissão ou escravidão. A *disciplinaridade* é muito mais uma política das coerções, em que o objetivo em relação ao sujeito não é apenas “[...] o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2014b, p. 135). Nesse sentido, a “mecânica do poder” se exerce de um modo que regula a formulação de regras elegantes, para que o sujeito, no caso o professor, atue como se quer.

No interior do funcionamento das relações de poder e saber, o que opera, hoje, em relação aos discursos analisados, é uma *governamentalidade* em que é estabelecida uma economia encarregada de governar os professores em relação à formação de conhecimento dentro das instituições de ensino, à produção científica, ao modo de circulação e reprodução dos saberes. Ou seja, é uma gestão daquilo que rege como deve suceder a criação das vontades de verdade, saber e poder do

momento que vivemos, pelo menos no que diz respeito ao que emerge dentro de instituições de ensino.

Além do que concerne à esfera acadêmica, utilizo as palavras do filósofo francês, ao abordar a relação dos homens com outras coisas, para delimitar que percebo um governo dos professores em relação, também, com “[...] os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc” (FOUCAULT, 2019, p. 415). Governar professores, hoje, é, portanto, governar tudo o que diz respeito aos espaços, às pessoas e às práticas cotidianas relacionadas a tais sujeitos.

Assim, retomo as palavras de Foucault (2014a, p. 41) para dizer que “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. De acordo com o que é discutido aqui, percebo o quanto a fala do pensador se adéqua ao recorte teórico-analítico mobilizado ao longo desta dissertação. Seus postulados me permitem focalizar o papel dos professores na formação de conhecimentos no âmbito da educação, estimulando a criação de estratégias de desnaturalização dos sentidos que circulam em todas as esferas sociais.

Os *discursos ordinários* do *Twitter* fazem parte, portanto, da engrenagem da gestão dos modos de ser professor. Os sujeitos que operam nos *espaços enunciativos informatizados* estão inseridos em toda uma dinâmica de poder e saber construída em prol da *governamentalidade*. Aliás, lembro que governar não é uma prática relacionada apenas ao Estado, aplicando técnicas de forma direta e coativa, mas sim se encarrega, principalmente, de construir mecanismos que agem por si só no interior da sociedade, fabricando sujeitos que operam na gestão dos corpos e espaços.

É possível compreender a *disciplina*, em tal aspecto, como uma “anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2019) que é regida para fabricar sujeitos que podem atuar, ao mesmo tempo, “[...] como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2019, p. 167). A partir dela, o dispositivo da *vigilância* pode ser colocado em prática, em um sistema que promove o encaixe espacial que organiza uma sociedade assistida e analisada o tempo todo. Sua dinâmica é o que vejo sendo reproduzida nas SEs analisadas, em que os discursos funcionam como

objetos e instrumentos na fabricação de um *regime de verdades* que determina como ser professor hoje.

Na tentativa de elaborar um efeito de fecho e retomando a hipótese levantada no início, considero que há, de fato, o estabelecimento de práticas que promovem um desmonte na esfera da educação – principalmente considerando os avanços conquistados, nos quatorze anos de governos anteriores, e que agora vemos sendo desmanchados aos poucos – a partir da construção de um *regime de verdades* em que se aplica, por meio da *governamentalidade*, estratégias de *disciplinarização*, no manuseio de técnicas de vigilância e controle. Tal exercício coercitivo corrobora na fabricação de um sujeito-professor que deve contribuir na promoção e manutenção de práticas discursivas antidemocráticas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme; SILVEIRA, Juliana. Pós-verdade e fake news: equívocos do político na materialidade digital. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 8., 2017, Recife. **Anais do VIII SEAD: O político na Análise do Discurso – contradição, silenciamento, resistência**. Recife: UFPE 2017, p. 1-6. Disponível em: <https://5e63f736-c0bf-426c-b8fc-6d3b71d6b5ef.filesusr.com/ugd/27fcd2_ab034368d17d4ff2be1db459ab2305f5.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ALVES, Marco Antônio Sousa Alves; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Revista Internet e Sociedade**, v. 01, n. 01, p. 144-171, jan. 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/o-phenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de. **O docente do ensino superior e o cuidado (de si)**: entre os modos de objetivação e subjetivação na contemporaneidade. 2018. 217 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2018. Disponível em: <<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/15138121091979308.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2021.

BENTO, Camila da Costa. **Uma análise do discurso político de Bolsonaro que contribuiu para a chegada da extrema-direita brasileira ao poder**. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Estudos Lusófonos, Universidade Beira Interior, Covilhã, 2020. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10936>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BOLSONARO. O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

CAETANO, Leticia Farias. **“No que você está pensando?”: o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e a fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011521.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CAMPOS, Raquel. Redes sociais e o ódio escancarado. In: SILVEIRA, Éderson Luiz da (Org.). **Os efeitos do autoritarismo: práticas, silenciamentos e resistência (im)possíveis**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018, p. 36-51.

CARNEIRO, Flávio Vieira Soares. **A constituição do sujeito-professor em ambiente virtual: Identidade e subjetividade**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado Linguagem e Ensino), Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=103818>. Acesso em: 15 set. 2020.

CONSOLARO, Valesca Soares. Mídia Online: Uma análise da discussão sobre o PECIM como solução para a violência nas escolas públicas. In: ROCHA, Patrícia Graciela da (Org.). **Línguas, Discursos e Identidades: Saberes e Práticas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 252-269.

COSTA; Leonard Christy; SILVEIRA, Éderson Luiz da. Efeito Bolsonaro: anatomia do autoritarismo. In: SILVEIRA, Éderson Luiz da (Org.). **Os efeitos do autoritarismo: práticas, silenciamentos e resistência (im)possíveis**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018, p. 13-35.

COSTA, Lucas Carneiro *et al.* As propostas “bolsolavistas” para a educação brasileira. **Germinal – Marxismo e educação em debate**. v. 13, n. 3, p. 275–305, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/46781>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**. São Carlos: Clara Luz, 2005, p. 25-32.

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no Escola Sem Partido. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 209-227, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ld/a/Q64ZvHt9LyW58gJsp78nnvP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral do (Org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 11-22.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000400005>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: Estratégias poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. *In*: FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault**: entrevistas a Roger Pol-Droit. São Paulo: Graal, 2006b, p. 41-52.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GALLO, Solange Leda. Na teoria e na prática: para onde vamos? *In*: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Org.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 17-36.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. *In*: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Org.). **Análise do discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 191-211.

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. *In*: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia – vol. III. Campinas: Pontes, 2017, p. 145-169.

GROS, Frédéric. Foucault e a questão de quem somos nós?. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 7, p. 175-178, out. 1995.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 169-191.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 7-34.

MARTINS, Talita Ribeiro; DUARTE, Amanda da Silva. O sujeito político feminino nas eleições de 2018: uma análise de comentários no Facebook. **INTERLETRAS**, v. 8, n. 31, p. 1-17, abr./set. 2020.

MARTINS, Ana Carolina Borges Leão *et al.* A experiência de professores no Ensino Remoto: dilemas, saúde mental e contextos de trabalho na pandemia. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 2, p. 260-272, 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A disputa pela fala jornalística: empresas, profissionais e ativistas na querela das *fake news*. *In*: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia – v. 4. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 109-124.

NAVARRO, Pedro. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. *In*: BARONAS, Roberto (Org.). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 149-173.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso pedagógico: a circularidade. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A escrita da Análise do Discurso. *In*: **Discurso e Texto** – Formulação e Circulação dos Sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001, p. 31-57.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso é possível? **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 44, p. 138-156, dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657795/21806>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

POSSENTI, Sírio. Sobre a linguagem científica e linguagem comum. *In*: POSSENTI, Sírio. (Org.). **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 193-208.

RABELO, Wagner de Araújo. **Análise do discurso sobre o "bom" professor de História no Brasil contemporâneo**: uma questão de cidadania... 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21192>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Elaine de Moraes. Efeitos discursivos e a escrita da história política no Brasil de 2018. In: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Org.). **Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede** – v. 3. Santiago: Editora Oliveira Books, 2019, p. 422-436.

SANTOS, Romer Mottinha; CIOCCARI, Deysi; MORAES, Thiago Perez Bernardes de. O clã Bolsonaro e o Twitter: comunicação política e influência na rede social. **Mediapolis** – Revista de comunicação, jornalismo e espaço público. n. 10, p. 65-81, 2020. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_10_5>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015, p. 19-36.

SEPULVEDA, José Antônio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. **Movimento-Revista De educação**, ano 3, n. 5, p. 79-107, 2016.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político e ordinário no Twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/jsilveira_do.PDF>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVEIRA, Juliana da. O efeito de rumor na discursivização do corpo político-midiático: imagens rumorais no discurso ordinário digital. **REDISCO** – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 10, p. 57-80, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6142/5884>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SILVEIRA, Juliana da. Hashtag e argumentação: proposta para o ensino de escrita e leitura em textualidades digitais. **Papéis**. v. 21, n. 41, p. 219-233, 2017.

SILVEIRA, Juliana da. Sujeitos ordinários e efeito-rumor: discurso, arquivo, tecnologia. In: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto *et al.* (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia** – v. 4. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 37-58.

SILVEIRA, Juliana da. Hashtags e Trending Topics: a luta pelo(s) sentido(s) nos espaços enunciativos informatizados. **INTERLETRAS**, v. 8, n. 31, p. 1-17, abr/set 2020. Disponível em:

<https://www.unigran.br/douradosinterletras/ed_anteriores/n31/conteudo/artigos/09.pdf?v=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. O que é o estatuto de um intelectual? A pirotecnia e a parrhesía como introdução à vida não fascista. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 504-509, 2013.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário de língua portuguesa** / Sérgio Ximenes. 3. ed. São Paulo: Ediouro Publicações, 2001.